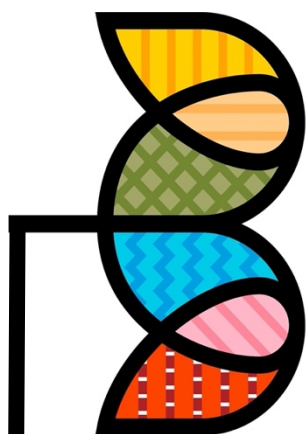




Assembleia Municipal

**CASTELO^U
BRANCO**

**Assembleia Municipal
de Castelo Branco**

ATA Nº 5

29 ABR 2025

ATA N.º 5/2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2025, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeira Secretária, Silvia Sofia Pires Resende (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho) e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**
- 2. Aprovação das atas:**
 - 2.1. Ata n.º. 1/2025, referente à sessão extraordinária de 4 de fevereiro.**
- 3. Intervenções.**

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Apreciação das propostas de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações, em 31 de dezembro de 2024:

- 2.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 15/2025)**
- 2.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 16/2025)**

Ponto 3 - Apreciação e votação das propostas de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2024”:

- 3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 17/2025)**

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 18/2025)

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2025, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º. 19/2025)

Ponto 5 - Discussão e votação das propostas de "Júris para Procedimentos Concurrais":

5.1. Júris para Procedimentos Concurrais

5.1.1. Concurso de Chefe de Unidade de Mobilidade e Transportes. (Proposta n.º. 20/2025)

5.1.2. Concurso de Chefe de Unidade de Turismo. (Propostas n.º. 21/2025)

5.1.3. Concurso de Chefe de Unidade Florestal. (Proposta n.º. 22/2025)

5.2. Alteração de Júri do Procedimento Concursal

5.2.1. Chefe de Unidade de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas”. (Proposta n.º. 23/2025)

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Agrupamento de Entidades Adjudicantes (Artigo 39º. do CCP: CMCB, SMCB, Albigeç e CATAA) Contratação de uma SROC em Regime de Contrato de Prestação de Serviços para Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas dos Anos de 2025 a 2027. Nomeação de Auditos Externo). (Proposta n.º. 24/2025)

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, no âmbito da Empreitada de Obras de Requalificação da Piscina de Ninho do Açor”. (Proposta n.º. 25/2025)

Ponto 8 - Discussão e votação das propostas de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e as Juntas de Freguesia:

8.1 Salgueiro do Campo. Feira da Vinha e do Vinho”. (Proposta nº. 26/2025)

8.2. Junta de Freguesia de Lardosa. Prova de Atletismo – 12 de Abril. (Proposta nº. 27/2025)

8.3. Junta de Freguesia de Alcains. Alcains Conecta – 24 de Maio. (Proposta 28/2025)

Ponto 9 – Discussão e votação da proposta de “Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco”. (Proposta 29/2025)

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Fernandes, Carlos Manuel Silva Salvado (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Catarina Isabel Romão Proença (em substituição de Maria José Sobreira Rafael), Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Orlando Almeida Gonçalves Vicente (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida), João Miguel Correia Dias Pereira (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho), Hélio Pedro Gonçalves Lameiras (em Substituição de Daniel António Guerreiro Almeida), Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Adelina Maria Machado Martins), Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, Silvia Sofia Pires Resende (em substituição de José Dias dos Santos Pires), José António Afonso Dâmaso, Pedro João

Martins Serra, Maria de Fátima Correia Alves Dias (em substituição de Jorge Manuel Ferreirinho Diogo), João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Maria José Sobreira Rafael, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreira Almeida, Adelina Maria Machado Martins, José Dias dos Santos Pires, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Maria José Sobreira Rafael, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreira Almeida, Adelina Maria Machado Martins, José Dias dos Santos Pires, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:

Presidente da Assembleia Municipal

Bom dia a todos. Hoje, dia 29 de abril de 2025, damos início à reunião ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o Regimento, com a legislação, em vigor, e ainda a necessária publicitação na imprensa escrita local.

Em nome da Mesa, no início da sessão, apresento a todos uma saudação com estima e consideração e formulo o desejo de bom trabalho para todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e Senhores Vereadores do Executivo Municipal, os Deputados e Deputadas Municipais, Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesia, os Munícipes aqui presentes no Salão Nobre e também aqueles que estão connosco remotamente através das redes sociais, saudamos ainda os dirigentes e funcionários municipais e também a comunicação social.

Justificaram a sua ausência, todos os Deputados que não compareceram na Sessão: do Grupo Municipal do Partido Socialista, Carlos Mingacho, será substituído por Joaquim Faustino, Nuno Maia, substituído por João Pereira, Daniel Almeida, substituído por Hélio Lameiras, José Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, substituído pela Secretária, Sílvia Resende, Jorge Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Malpica do Tejo, substituído por Maria de Fátima Dias, do Grupo Municipal do Sempre-Movimento Independente, Pedro Crisóstomo, substituído por Carlos Salvado, Maria José Rafael, substituída por Catarina Proença e Paulo Almeida, substituído por Orlando Vicente, por parte, do Grupo do Municipal do PSD/CDS-PP/PPM, Adelina Martins, substituída por José Alberto Duarte.

Antes de fazermos a chamada, pergunto aos Senhores Deputados, se opõem a propormos que a Deputada, Sílvia Resende, venha para a Mesa substituir o Secretário, Carlos Mingacho. Não havendo oposição por parte da Assembleia, proponho que a Tesoureira da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Sílvia Resende, venha para a Mesa.

Neste momento, temos presentes, 38 Deputados Municipais, o PS 18, o Sempre-MI 13, o PSD/CDS-PP/PPM 4, o CHEGA 2 e o MPT 1.

Temos quórum.

Por parte, do Executivo Municipal, está presente o Senhor Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, o Vereador Hélder Henriques, informou que não podia estar presente e vai ser substituído por Catarina Vitória e a Senhora Vereadora Patrícia Coelho, por parte, do Sempre-

Movimento Independente, os Senhores Vereadores, Luís Correia, Jorge Pio e Paula Lisboa e o Senhor Vereador João Belém (Independente).

Nos termos do nº. 3 do artigo 37.º, temos na Mesa a relação dos Deputados Municipais que vão intervir no Período de Antes da Ordem Do Dia.

Não há inscrições, por parte, do público.

Antes disso, quero informar que entrou na Mesa, também previamente, uma Moção do PSD/CDS/PPM subscrito por todos os senhores Deputados, deste Grupo Municipal, um voto de congratulação pela decisão do Governo em avançar com o IC 31 e a Barragem do Alvito.

Este assunto será depois discutido no final do Período de Antes da Ordem do Dia e se houver necessidade de apresentação, solicito a alguém do Grupo Municipal do PSD/CDS/PPM o favor de fazer a apresentação.

2. Aprovação das atas:

Ata nº. 1/2025, referente à sessão extraordinária de 4 de fevereiro.

Aprovada, por unanimidade

3. Intervenções:

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Senhor Presidente da Câmara a minha intervenção baseia-se nas seguintes questões que gostaríamos que tivesse a resposta adequada da sua parte:

1. Plano Municipal de Residências em termos de reabilitação e construção para os próximos anos (nº de camas e quartos de alojamento estudantil) e parcerias com entidades privadas e até

o IPCB? Já diversas vezes o interpelei sobre a reabilitação da Residência da Fundação Calouste Gulbenkian e da antiga Residencial Arraiana na avenida 1.º Maio. Gostávamos de esclarecimentos, assim como, se prevê apresentar candidaturas ao PRR neste âmbito. Não deixo de congratular-me pela decisão favorável da candidatura ao PRR do Projeto de construção de Alojamento Estudantil e a renovação da residência pelo IPCB e a sua capacidade de dar aos jovens estudantes melhores condições.

2. Senhor Presidente uma das questões que já aqui levantei na AM foi a insegurança e/ou o medo que a população expressa perante o aumento de mais crimes (violento crescimento de 3%), mais roubos e assaltos, aumento da delinquência juvenil (12% de casos entre jovens dos 12 aos 16 anos). Cinjo-me aos dados do Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) de 2024, com mais de 14 mil crimes a serem participados às autoridades, mas gostaria de saber os dados estatísticos do nosso território e se prevê medidas futuras que deem mais segurança aos cidadãos do concelho, maior vigilância em certos espaços públicos, incluindo a instalação de videovigilância.

3. Senhor Presidente tem previsto a divulgação do Planeamento do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR 2025) com as forças da proteção Civil e as Juntas de Freguesia, em termos de ‘modus operandi’ e junto das populações?

4. Gostaria de por à reflexão do executivo as seguintes propostas:

A) Criação de um Conselho Municipal de Cultura oriundo da representação deste órgão municipal como reforço da governação da cultura e do seu plano (bi)anual do município com funções de natureza consultiva de modo a promover a articulação (consulta e intercâmbio) de informação aos cidadão e definição estratégias de cooperação entre os vários agentes culturais e juntas de freguesia, numa envolvência e intervenção mais relevante e reconhecida não só na defesa e divulgação da nossa cultura e património como para o desenvolvimento do território.

B) Criação da Rede de Cooperação do Associativismo Local, através de um site, elencada no município, de modo a dar ênfase ao setor do associativo cultural e desportivo, onde estejam

representadas todas as associações com o desígnio de entidades jurídicas, divulgando as celebrações/eventos de atividades, planos, estratégias no âmbito das suas missões para a cultura e desporto (PRR -dimensão Resiliência). Trata-se de um PORTAL em rede, com assessoria para as associações no sentido de as poder auxiliar em processos de candidatura a fundos/apoios, no marketing, nas questões logísticas e promocional.

C) Realização de um estudo socioeconómico aprofundado, com auscultação de informação às instituições publicas com atuação no domínio social para sabermos, as condições habitacionais e número de fogos de habitação social municipal a agregados familiares em situação de vulnerabilidade e emergência social, incluindo os imigrantes e seus familiares, de modo a poder estabelecer não só medidas de apoio à renda acessível como posterior cedência de habitação social e outras medidas prevista no Plano Habitação financiado pelo PRR.

E, por último, também se aproxima a época dos incêndios rurais. O défice de 2025, todo o dispositivo já está a ser elaborado. Pretendia saber se há algum planeamento desse dispositivo especial de combate aos incêndios com as forças de Proteção Civil e Juntas de Freguesia em termos de modus operandi no terreno?

Já disse que devia de haver um Conselho Municipal de Cultura, estou à espera que o senhor Presidente nos fale sobre isso.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Quero começar pelo tema, do momento, que foi o apagão de ontem e fazer um agradecimento público a todas as autoridades, tanto aos bombeiros, como à PSP que foram tomando conta das ocorrências.

E, a minha pergunta, concreta, sendo o Senhor Presidente da Câmara a autoridade máxima da Proteção Civil, no Distrito, e achei, como aconteceu no país todo, que apesar de estarmos com as comunicações dificultadas, não recebemos nenhuma informação do que devíamos fazer. E, por

exemplo, seria, acho eu, uma sugestão, por exemplo, as nossas crianças estavam na escola e mesmo nas escolas, não foi dada nenhuma indicação, do que ia acontecer. Ou seja, houve pouca informação sobre como é que devíamos proceder e em que ponto estava a situação.

É verdade que, nestes momentos, as coisas são muito imprevisíveis, mas, realmente, acho que houve falta de informação e também, segundo, as informações que estamos a receber agora aqui nesta Assembleia, já aprovámos vários projetos de painéis solares, será que estamos a fazer o correto? Convido-vos, por exemplo, a passar ao lado do Aeródromo e ver aquela imagem que está ali ao lado do mesmo. Acho que ninguém se pode orgulhar de ver aquilo, mas o nosso Concelho está a ficar carregadinho de painéis solares.

Há um apagão e os painéis solares precisam de luz para trabalhar. Só temos duas coisas, em Portugal, inteiro, que funcionam sozinhas, é a Barragem de Castelo Bode e a Central no Norte. É ridículo.

Passando à frente, Senhor Professor, Ernesto Candeias, já falou da Segurança, não podia deixar de falar, em outros pontos do país que também acontece, o mesmo que no nosso concelho.

A questão é saber se o Senhor Presidente está em condições de nos dizer, quantos emigrantes temos no nosso Concelho, legais? E a previsão dos ilegais? E também se há alguma fiscalização? Como é que esses emigrantes estão a morar no nosso Concelho? Se não, vamos ter surpresas, emigrantes a viver em lojas, onde moram 10, 20, 30 ou 40 pessoas, em condições desumanas e aqui está a principal questão e estamos todos de acordo, os emigrantes têm que viver em condições humanas. Em que ponto é que estamos?

Tenho que fazer mais uma pergunta, não consigo perceber quem é o Executivo da Câmara? E gostava de perguntar, quem é que é o Presidente, o Vice-Presidente e a Vereação? Só para ter a certeza, porque não percebo. Estou a ver que o Vice-Presidente não está.

Realmente, o Senhor Presidente da Assembleia, fica surpreendido comigo de estar sempre a perguntar quem é que é, mas, realmente, acho necessário as pessoas perceberem, quem é que nos está a representar e a quem é que vamos pedir contas?

Obrigado.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)

Senhor Presidente da Câmara, gostava de trazer a esta Assembleia e recolher o seu comentário a propósito de algumas preocupações que temos visto na comunicação social e nas redes sociais, a propósito de dois temas, em concreto. E vou expor essas matérias que foram noticiadas e, logo de seguida, dar-lhe conta das preocupações de pessoas bem mais avisadas do que eu, se pronunciaram sobre esses temas e procuraram transmitir aos albicastrenses.

A primeira notícia do Jornal Reconquista, tem como título, Castelo Branco Universidade de Lisboa, abre Direito na cidade, e uma pós-graduação, creio que em Finanças Públicas. Diz a notícia que foi a Autarquia que lançou o desafio à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e diz também que houve toda a abertura, por parte, do Presidente dessa Faculdade, numa perspetiva de descentralizar este tipo de ensino. O Senhor Presidente, decide descentralizar e a Câmara Municipal paga as despesas.

Diz-se que o Município disponibilizará as instalações adequadas, além de assegurar as despesas de deslocação e alojamento dos docentes e do secretário do curso, quando estes vierem a Castelo Branco, no âmbito, da formação.

Diz também a notícia que as propinas são definidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Sobre esta matéria, o Professor David Falcão, que me permitirá que o cite aqui, diz o seguinte, “O Presidente da Câmara Municipal da cidade, desconhece as valências da instituição de ensino superior desta cidade e procura outras que concorrência lhe façam. O IPCB já ministra cursos na área de Ciência do Direito há mais de 20 anos. Um desprimor para o IPCB, este

protocolo que foi anunciado, uma afronta aos professores do IPCB, principalmente, aos doutorados e especialistas na área Científica do Direito que por aqui escolhem fazer carreira.

Gostava, Senhor Presidente, que nos pudesse explicar, qual é o fundamento e os detalhes deste protocolo que estará para ser celebrado, creio que ainda não foi e que resposta quer dar e creio que é importante dar a estas pessoas que escolhem viver, trabalhar, fazer vida em Castelo Branco e que se sentem atacadas com esta sua forma de gerir o Município.

A segunda notícia, também do Jornal Reconquista “casas da Câmara continuam a degradar-se”. Vou ler o relato da Reconquista que esteve no Bloco E1, no Bairro de São Tiago. “No local, a Reconquista presenciou a água a escorrer pelas paredes dos espaços comuns do prédio, poças de água ao longo das escadas, tinta empolada, a saltar das paredes devido às infiltrações, falta de reboco, estando já à amostra a malha de ferro que sustenta o cimento nas paredes e varandas”. Eu creio que é difícil para qualquer um nós, imaginar o que é viver todos os dias, dia após dia, nestas condições, absolutamente, indignas.

Diz, também, a residente Patrícia Santos que no edifício vivem pessoas com dificuldades, onde se inclui que o elevador esteve, creio que dois anos sem funcionar, estará agora prestes a entrar, novamente, em funcionamento, desde 2019, nunca viu obras de manutenção.

Na altura, o Senhor Presidente da Câmara chutou a questão para os serviços, disse que era uma questão técnica.

Eu gostava de perceber, se já está, neste momento, em condições de esclarecer, o que é que se passa e de poder dar uma resposta, a um direito tão básico a um direito constitucional como é o direito à habitação.

E, depois, gostava, também, de lhe perguntar, Senhor Presidente, para podermos ir acompanhando a execução das coisas, aprovámos aqui na Assembleia Municipal a Estratégia Local de Habitação. Na altura, houve alguma preocupação, porque a aprovação dessa Estratégia veio já

um pouco tarde à Assembleia Municipal e havia, portanto, a preocupação, se ainda iríamos a tempo de poder candidatar-nos a fundos, designadamente do PRR, e de podermos trazer alguns milhões para o Concelho de Castelo Branco. Isso aconteceu ou não aconteceu, em que ponto estamos?

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Findo que está este mandato, é hora de fazer o que se impõe, prestar contas.

Sem rodeios e sem desculpas, é hora de perguntar de forma direta, o que foi feito no Louriçal do Campo? É hora de expor sem filtros a realidade que muitos tentam mascarar.

Em 2021, os Louriçalenses foram chamados a escolher entre dois projetos distintos, do Partido Socialista e do Sempre-Movimento Independente, a escolha foi clara, a Democracia falou mais alto e deu um recado, firme, não confiar no PS e não confiar no Senhor Presidente Leopoldo Rodrigues e confiaram no Sempre-MI, confiaram num projeto que prometia um futuro melhor, mais digno, mais ambicioso para a Freguesia.

O que vimos nestes quatro anos?

Um Presidente que não executou, nem o seu programa, nem o Presidente respeitou minimamente o projeto vencedor. Aquilo que assistimos foi um total desprezo pela vontade democrática dos Louriçalenses. Nenhuma alínea foi cumprida, nenhum compromisso honrado, nenhuma obra significativa realizada, as poucas que realizou, já vinham do mandato anterior, tanto nos projetos como nas inaugurações, excetuando-se o Multibanco.

Aquilo que transmitiu foi simples “falar muito e nada fazer”. O mandato fica tristemente marcado pela total incapacidade de ação e como se não bastasse, a omissão, tentou à última hora iludir o povo com promessas que sabia, antemão, que não cumpriria.

Prometeu o saneamento básico de São Fiel, Bairro dos Duques e Casal da Pelota, anunciado pomposamente no dia 15 de agosto de 2023. Pode-nos informar o que está a ser feito? Pode informar os residentes da sua promessa?

Em 27 de fevereiro, disse que ia lançar os concursos para a Estrada dos Moleiros e para a Estrada Municipal 548. Dois meses depois, há concurso?

Onde está a manutenção desta via? Nunca voltou a ser feita.

Pergunto, por que razão foram estas vias abandonadas?

Por que motivo a sua Câmara Municipal não moveu uma palha para resolver os problemas que são básicos e urgentes?

E não ficamos por aqui, quando confrontado com a necessidade de pequenos investimentos sobre os quais, voltou costas, como a melhoria das condições da piscina de São Fiel, frequentada por tantos munícipes.

O Senhor Presidente ignorou todos os pedidos, todas as solicitações formais da Junta, nem a compra de um simples toldo, foi digna da sua atenção, isto não são falta de meios, é falta de respeito. Respeito pela Junta de Freguesia e, sobretudo, pelos Louriçalenses.

No Centro Social de Louriçal do Campo, propriedade do Município, por que razão, passado meio ano e nada foi feito para resolver o muro da vedação, sabendo que o mesmo pode causar perigo para os utilizadores do polidesportivo?

E a aquisição da casa pertencente a Frei Agostinho da Anunciação? Fez um anúncio público, em agosto de 2023, com a intenção da aquisição, mas, depois silêncio, nem resposta a ofícios, nem diálogo com o proprietário que por várias vezes tentou reunir com o Presidente da Câmara, sem sucesso.

O mesmo se repete na Casa das Eirinhas, silêncio absoluto.

A Junta de Freguesia espera por respostas que nunca chegam oficiosamente, porque Senhor Presidente, nestes assuntos não basta a palavra. Apesar do pedido já ter seis meses, a Junta de Freguesia irá agora proceder ao registo do imóvel em seu nome.

Pergunto-lhe, ainda, qual é o ponto da situação do projeto de erradicar as acácias na Serra da Gardunha? Nem resposta, nem ação. Brevemente, estaremos pior do que antes de começar o projeto. Por que motivo, dois anos depois, continuam as acácias secas, caídas no leito do rio Ocreza, abatidas neste plano que se revelou um fracasso?

Por que razão, num jardim público com nome, Estela Ramos Preto, teve de ser a Junta a contratar o contador para garantir a iluminação, quando toda a obra foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Castelo Branco?

Por que razão não avançou com a praia fluvial do Ocreza, com o terreno adquirido e projeto concluído?

A promessa de concluir, construir no Casal da Serra, foi apenas um alibi para não executar esta obra, pergunto-lhe, diretamente, tirando as carradas de tout-venant enviadas, anualmente, para o Lourical do Campo, o que mais enviou? Pouco mais que nada, abandono, desprezo e discriminação.

Senhor Presidente, a política faz-se com respeito pelas pessoas, pelas instituições e pela Democracia. O que se assistiu nestes quatro anos foi exatamente o contrário, foi o exercício arrogante do poder, a prepotência, a tentativa de punir uma freguesia, apenas porque fez uma escolha diferente do que Senhor Presidente da Câmara, desejava.

Na Assembleia Municipal, de fevereiro, mencionou os emails enviados, ao anterior Executivo, tendo como base os pedidos, anteriormente, enviados ao Presidente da Câmara para, neste caso, específico, solicitar a reparação dos caminhos para Lourical do Campo. Sobre este tema, tenho dois pontos a assinalar. O Senhor Presidente, Leopoldo Rodrigues, deu mais importância aos emails e ofícios enviados ao Executivo anterior do que aqueles que lhe enviei durante este mandato que nunca respondeu.

É verdade, Senhor Presidente, fomos exigentes com o anterior Executivo, mesmo tendo muitas obras na Freguesia, nisso tem toda a razão, queremos sempre o melhor para a nossa terra, o melhor para o Louriçal do Campo.

O nosso padrão de exigência não se alterou, por isso, também, assim, enviamos o mesmo pedido com uma enorme diferença, pedimos a quem fez e voltamos a pedir a quem pouco fez. Repetem-se as perguntas porque há ausência de respostas, mas os louriçalenses são livres e sabem muito bem quem respeita a sua vontade e quem apenas as procura, em tempo de promessas.

Hoje, faço estas perguntas, em nome, da nossa terra, dos nossos cidadãos e da dignidade que lhes é devida porque os valores Louriçalenses merecem ser tratados como cidadãos de pleno direito e não como adversários políticos.

Maria Cristina Vicente Pires Granada (PS)

Vou fazer o balanço do trabalho realizado que é o nosso compromisso de quem nos elege.

O Mercadinho da Páscoa de 2025 foi, portanto, um sucesso. O sucesso, porque reuniu entre os dias 17 e 20 de abril, o melhor da gastronomia local, desta época, no centro da cidade. Doces tradicionais, iguarias de chocolate e outras doçarias inovadoras de carácter artesanal, compuseram uma oferta variada de doces, licores, compotas, amêndoas, bolos, chocolates de todo o tipo, na época da Páscoa.

Os albicastrenses e os visitantes que nestes dias se deslocaram à cidade, puderam ainda assistir a momentos musicais variados e de qualidade.

No dia dezassete de abril, o Chefe Cristiano Louro animou o espaço “Aldeia de Chocolate” e à noite o Ensemble, assegurou a componente musical.

No dia dezoito, uma trepa aos ovos de chocolate, estátuas vivas, também, o Jardim das Brincadeiras, a Fábrica de Chocolate com o Chefe Rafael Cardoso e mais workshops com o Chefe Cristiano Louro e às vinte e duas horas, uma atração musical de renome, o Coro Staccato.

No dia dezanove de abril, continuação dos ateliers gastronómicos e às vinte e uma e trinta horas, o Lisboa Cor de Rock, que trouxe mais um momento alto de música e um evento para todos.

No dia vinte de abril, encerrava o Mercadinho da Páscoa, que não foi um breve passatempo, foi antes, uma oferta de qualidade, dentro das atividades próprias do período pascal, festivas, com as famílias reunidas a degustarem iguarias e doces tradicionais e inovadores.

O Município manteve uma vez mais, a estratégia de promoção da cidade e do Concelho das várias facetas culturais, locais, com gastronomia, arte, artesanato e eventos musicais.

Preocupou-se em trazer atividades para os mais velhos e os mais novos, em dar espaço às artes, ao artesanato, aos artistas e artesãos locais e de fora da cidade.

O Município pensou nos que cá residem, naqueles que nos visitam e naqueles que assim podem ganhar vontade de regressar ou de se fixar. Envolveu gastos? Claro que sim. Mas, as pessoas daqui merecem esses gastos.

Parabéns ao Executivo.

Parabéns, Senhor Presidente e bom trabalho.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Na sequência do que disse no primeiro ponto, gostaria de saber se esta reconfiguração do Mercado Municipal, em relação à ocupação do espaço em residência... sou albicastrense, sempre zelei por aquilo que é uma identidade própria, em relação às suas finalidades. Gostaria de saber qual é realmente a sua explicação para elencar lá um espaço de residência de estudantes?

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM) - Gostava de fazer uma questão ao Executivo.

Existe uma via, uma estrada que passa da circunvalação de Castelo Branco, entrada para a saída norte de Castelo Branco em direção à A23 e que ligava, diretamente, ou quase, ao Parque de Campismo. Há uns anos e compreendo os motivos com a questão das portagens e o trânsito um bocado descontrolado, no início, houve uma decisão da Câmara Municipal, se não me engano, pelo menos eram as pessoas da Câmara Municipal, tive a oportunidade de os ver lá a fechar a via. Mas, neste momento, essa situação já não se põe e é uma via que na altura foi construída, principalmente, para um acesso ao Parque de Campismo, para a divulgação do Parque de Campismo e de algumas zonas envolventes, nomeadamente, os arvorados.

A minha proposta é muito simples, o Executivo analisar se justifica ou não, neste momento, reabrir aquela via. Eu, pessoalmente, acho que se justifica, mas deixo à consideração dos técnicos para analisarem, uma vez que as condições que a levaram a fechar, neste momento já não existem.

Ana Cristina Marques Lourenço (Sempre-MI)

Embrulhos feitos à pressa, com pompa e circunstância, anunciados aos quatro ventos e com direito a vídeos e álbuns de fotografias nas redes sociais do Município de Castelo Branco, são as intervenções e os projetos anunciados nestes últimos meses pelo Executivo Socialista.

Estas intervenções localizadas um pouco por toda a cidade de Castelo Branco, alteram a paisagem da cidade e mostram aos transeuntes mais distraídos, dando a entender-se que a cidade já mexe. Mas, para os mais atentos, estas intervenções e projetos anunciados quase todas as semanas, são projetos de fachada que, por um lado, não vão ao encontro das reais necessidades dos albicastrenses e, por outro lado, revestem-se de tentativas sucessivas de levar os albicastrenses a acreditar que algo de efetivamente substancial está a acontecer na cidade.

A Praça de Castelo Branco é um exemplo disso, mesmo, revestida com andaimes, redes, tapumes e avisos. A intervenção não passa de uma pintura por fora, sem pensar no que está e em quem está por dentro. Uma pintura na fachada exterior, quando na realidade, a Praça de Castelo Branco urge por manutenção, obras e intervenções interiores para dar mais condições a quem lá

trabalha e a quem lá faz compras e também para quem visita. Visto que a Praça de Castelo Branco faz parte do roteiro turístico de Castelo Branco. Mas, a pintura traz mais visibilidade.

Outro exemplo, é a fonte luminosa a ser construída mesmo aqui no centro cívico de Castelo Branco. Mais uma vez revestido a tapumes com uma panóplia de infraestruturas num círculo gigante, dispostas numa espécie de círculo, dando a ideia de que uma obra muito grande está a acontecer ali, uma fonte luminosa construída por cima de um parque de estacionamento que serve o centro da cidade. Parque de estacionamento, esse, muito movimentado, que necessita também de obras urgentes, estruturais e de manutenção. Quem estaciona neste parque de estacionamento, sabe tão bem como qualquer um de nós, que são recorrentes os episódios de bocados de teto a cair no chão, infiltrações de água constantes que formam valentes poças de água e também sabemos que o espaço está interdito ao estacionamento por questões de segurança.

Mas, a cidade vai ter ou terá uma vistosa fonte luminosa por cima desse parque de estacionamento que se está a degradar.

Iludem-se assim os albicastrenses que com manobras, tapumes e pinturas na fachada, são levados a pensar que algo de concreto e substancial está, efetivamente, a acontecer na cidade, quando na realidade as suas reais e prementes necessidades estão a ficar para trás, numa corrida desenfreada de tentar mostrar e não de agir, de corrigir, de fazer.

Parece-nos que nesta questão as prioridades estão um bocadinho trocadas.

Celeste Nunes Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas)

Numa época de especulação imobiliária desenfreada, são dignas de registo e agradecimento público, as ações das populações de Maxial e Casal Águas de Verão, na Freguesia de Sarzedas.

Na primeira, a doação à Junta de Freguesia de Sarzedas de uma casa e respetivo logradouro pelo Senhor Alexandre Morgado. O empenho ativo da população, o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal, permitiram a requalificação do largo circundante da Casa do Povo, obra que,

com um pequeno investimento, é digna de figurar em qualquer manual de arquitetura urbana e paisagística.

No Casal Águas de Verão, a doação à Junta de Freguesia de Sarzedas, de sete casas, pelos respetivos proprietários, Rosete Martinho, José dos Santos, Carlos Nunes, Rui Rodrigues, Francisco Mendes, Hortense Roque e Nazaré Nunes. O empenho ativo da população e o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal permitiram a ampliação e reconstrução de um largo servido com o forno comunitário, digno de uma verdadeira aldeia de xisto.

Não posso também deixar de assinalar uma outra obra, esta já de grande envergadura e orçamento que é a reconstrução da estrada da Lisga à sede de freguesia. A Lisga é das 43 aldeias da freguesia de Sarzedas, a que se encontra mais isolada e que, recorde, esteve quase a desaparecer aquando do grande incêndio há cerca de cinco anos.

Também não posso deixar de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Leopoldo Rodrigues, pelo seu apoio, mas, sobretudo, pelo seu incentivo na prossecução destes trabalhos. Talvez pelas suas origens rurais, entendeu rapidamente este fenómeno após Covid, que é o da procura crescente das nossas aldeias, quer por nacionais, quer por estrangeiros.

Temos por isso, de aproveitar esta janela de oportunidade para quebrar o círculo vicioso de que não se investe porque não há gente e não há gente porque não se investe. Precisamos combater o despovoamento e a desertificação das nossas aldeias, das nossas terras, tornando-as mais atrativas e acolhedoras.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)

A moção já foi distribuída pelos Grupos Municipais. Aquilo que pretendemos é valorizar uma decisão que foi tomada em relação ao avanço do IC31, que é, como sabem, uma via absolutamente

fundamental para a região, para o Concelho de Castelo Branco, para a região da Beira Baixa e para o país.

Essa construção vai permitir, como sabem, reduzir custos de contexto, melhorar a mobilidade e a segurança rodoviária e aproximar a região Centro de Portugal e o Distrito de Castelo Branco e, em particular, aproximá-los de Espanha.

Para além disso, foi também decidido, avanço do estudo para a construção da barragem do Alvito, no Rio Ocreza, que é também uma decisão importante para a região, estratégica porque visa reforçar a resiliência hídrica da bacia hidrográfica do Tejo e garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos e apoiar a agricultura regional, melhorar a prevenção de incêndios e impulsionar o desenvolvimento sustentável do território.

Eu creio que é um sinal muito positivo, se conseguirmos encontrar na Assembleia Municipal de Castelo Branco consenso para dar um sinal de força ao Governo da República para poder de uma vez por todas, avançar com estes investimentos que são fundamentais.

Eu creio que esse sinal seria muito importante.

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI)

Caros Albicastrenses, no último ano, o Executivo Municipal engalanou-se para inaugurar uma nova alternativa de transporte urbano, ecológico, sustentável e saudável, as Binas. Castelo Branco, pelas suas características orográficas, é uma cidade propícia à utilização da bicicleta como veículo de transporte urbano.

O Executivo promoveu a aprovação de um Regulamento que, no seu entendimento, iria facilitar a utilização deste salutar vetor de mobilidade. Por diversas vezes, sem sucesso, questionámos o Executivo sobre a conclusão das infraestruturas indispensáveis para a utilização segura das Binas.

Para quando a conclusão da rede de ciclovias da nossa cidade?

É nossa convicção que esta rede iria impulsionar a adesão dos albicastrenses às Binas. Hoje, no âmbito, do ponto três desta reunião, iremos apreciar os documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano de 2024, consta desses documentos nas Grandes Opções do Plano, um projeto relacionado com a rede de ciclovias do nosso Concelho, execução deste projeto, 0 €.

No âmbito da campanha eleitoral das últimas eleições autárquicas, a par da requalificação da zona do Castelo, o Partido Socialista considerava estratégica a aposta no desenvolvimento turístico de Castelo Branco.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, é incansável na divulgação das virtudes turísticas do nosso Concelho. Os nossos trilhos, a nossa gastronomia potenciada pela Escola de Chefes, os nossos Museus, a nossa agenda cultural é exemplo desse esforço, a sua presença na BTL. Mas, Senhor Presidente, não basta propagandear, é necessário criar condições para o desenvolvimento turístico do nosso Concelho. É necessário concretizar. Todos sabemos que em Castelo Branco acontecia, mas atualmente, nos referidos documentos de Prestação de Contas, nas Grandes Opções do Plano, também constam diversos projetos na área do turismo, todos, mas, mesmo todos, com a mesma taxa de execução, 0 €.

Também consta a construção da Escola de Chefes com a mesma taxa de execução, 0 €.

Bem prega Frei Tomás, faz como ele diz, não faças como ele faz.

Senhor Presidente, é nosso entendimento que Castelo Branco precisa de menos “cigarra e mais formiga”.

Sílvia Sofia Pires Resende (Tesoureira da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

A minha intervenção surge na sequência do recente anúncio do Protocolo entre a Autarquia e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Importa, sublinhar, que Castelo Branco tem hoje o Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco, o Tribunal Administrativo e Fiscal e, brevemente, um novo Tribunal Central Administrativo do Centro.

Note-se que esta é uma aposta na área da Justiça que dá continuidade ao caminho já percorrido por este Executivo, com a conquista da criação e instalação do Tribunal Central Administrativo do Centro, da nossa cidade, sendo o terceiro Tribunal Central do país e está localizado em Castelo Branco, no interior,

E, por isso, esta conquista não deixa de ser meritória de ser louvada ao atual Executivo. Aqui está uma prova clara que este Executivo tem estratégia, pois não se conformou com a criação e instalação do Tribunal Central Administrativo do Centro, como se por si só, isso já não fosse uma enorme conquista, mas viu nessa criação e instalação uma oportunidade de fazer em Castelo Branco um Campus de Direito e um verdadeiro Centro Judiciário.

É certo que a existência do Instituto Politécnico de Castelo Branco, a par com outras instituições de ensino, tem sido fonte de formação importante na construção de uma economia local relevante e competitiva, mas, nós queremos mais.

Nós queremos mais, oferta formativa e a existência de ensino universitário no núcleo urbano como Castelo Branco é condição “sine qua non” para a promoção de um ecossistema global que promova desenvolvimento sustentado e atraia investimento com futuro assegurado num novo patamar de qualidade e qualificação a que aspiram a cidade e o nosso Concelho. É por tudo isto que se justifica um diálogo com a Universidade de Lisboa, com a Universidade da Beira Interior e com Instituto Politécnico de Castelo Branco.

O protocolo para ministrar cursos de pós-graduação na área do Direito em Castelo Branco é um primeiro passo, porque o caminho faz-se caminhando.

A título de exemplo, vejamos o Protocolo de Colaboração entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Município de Bragança, datado já de 12 de abril de 2011, como exemplo, da plena comunhão de coexistência de ensinos complementares, em que ambos lecionam paralelamente e são vistos como uma mais-valia para o reforço das ofertas formativas a disponibilizar a todos os Municípios.

Refiro-me, concretamente, ao Instituto Politécnico de Bragança, que ministra cursos na área de Direito, detendo Licenciatura de Solicitadoria e Mestrado em Administração Autárquica e, não obstante, o Município de Bragança realizou um protocolo com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com vista à criação de pós-graduação sobre Direito e Interioridade.

Saúda-se, portanto, esta aposta na área do Direito, exclusiva do subsistema universitário, que é de particular importância para a nossa cidade e para a nossa região.

A Universidade de Lisboa é a maior do país e é uma das maiores da Europa. A descentralização deste tipo de ensino para o interior, para Castelo Branco, permitirá outras ofertas formativas do Direito que são ministradas exclusivamente pelas universidades e que desejamos que, num futuro próximo, fique mais acessível a todos os albicastrenses.

Vemos nesta disponibilização de oferta formativa, o crescimento e a aproximação das oportunidades que queremos para os albicastrenses.

Queremos fomentar a liberdade de escolha na formação aos albicastrenses. Assim, esta descentralização a que assistimos, através da assinatura deste Protocolo, vem reforçar todo o trabalho que tem vindo a ser feito para uma maior coesão territorial. Aliás, ao longo deste mandato temos assistido a um conjunto de medidas, programas, ações e investimentos, por parte, do Executivo Municipal que visam a redução das assimetrias regionais e a promoção do desenvolvimento de Castelo Branco e de todo o nosso território.

Senhor Presidente, agradecemos pela disponibilidade de oportunidades a quem aqui nasceu, vive e pretende fazer o seu percurso académico ou simplesmente consolidar o seu percurso profissional numa das universidades mais prestigiadas da Europa, a Universidade de Lisboa, e que vai ter lugar em Castelo Branco.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Eu tenho um pedido de esclarecimento para a Senhora Deputada que acabou de intervir.

Existe alguma informação que esta Assembleia, desconheça, relativamente ao Tribunal Central Administrativo? Porque soube que o plano está na gaveta e não vai sair de lá. Vamos ser claros com as pessoas. Por isso, aquilo que acabou de dizer aqui, desculpe-me ser tão sincero, mas é uma inverdade.

Passando à discussão da Moção, começa logo com um erro, primeiro, não será do PSD, mas do PSD/CDS-PP/PPM e diz aqui, grupo municipal, o grupo municipal está mal identificado.

Segunda situação, itinerário e IC31 a ligar Alcains às Termas de Monfortinho. Errado. A proposta que, eventualmente, vai ser apresentada é a ligar Alcains a Proença-a-Velha.

Terceira situação, Barragem do Alvito. Mentira. Barragem da Ocreza porque o Alvito tinha as duas ribeiras. Usando uma expressão típica nossa, não é barragem, é a “pégua” do Ocreza porque barragem nunca será. Seria as duas a apanhar as duas ribeiras, a do Alvito e do Ocreza, que não pode ser por causa do Vale Mourão como todos sabemos.

Ou seja, andamos a enganar os cidadãos, quanto recebemos mensagens a perguntar se são a favor ou contra a Barragem do Alvito. Eu sou a favor da Barragem do Alvito. Sou contra a “pégua” do Ocreza porque é gastar dinheiro para nada. Temos que ter consciência disso.

Outro erro, não se dá um voto de congratulação, ou louvor a um Governo, em gestão. Isto, chama-se dar um voto de campanha eleitoral no governo em gestão.

Outra situação, isto não está no Plano Nacional de Investimentos 2030. Agora deram-lhe outro nome. Por aqui também a IC8 diz, passar a traçado de autoestrada. O IC31 traçado autoestrada. Sabem quanto é que há para isto tudo? 1 milhão de euros, 1 milhão de euros dá para as pastas. Desculpem-me estar, assim enervado, mas isto é a gozar com as pessoas. É que isto já não é a primeira vez, em campanha eleitoral, vêm com isto outra vez? Não sei se vocês se recordam, a segunda moção que foi aprovada, nesta Assembleia Municipal, apresentada pelo Sempre-MI do IC31, a primeira do CHEGA foi das Bandeiras. Há quatro anos, temos alguma coisa? Nada. Isto aqui é a gozar com as pessoas. É assim, acho que vocês, por respeito, deviam retirar esta moção, foi aprovado na Assembleia de Freguesia de Castelo Branco, foi apresentada, diria eu, à traição, como uma coisa boa que é, quem vota contra isto, é porque não quer o IC31. Estão aqui a perder o vosso tempo.

Vamos congratular o Governo por uma medida que não vão fazer. Há zero de dinheiro. Existe 1 milhão de euros que é para as pastas.

Para as pessoas terem uma ideia, só para o IC31 seria preciso, mais ou menos 140 milhões de euros.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)

Senhor Deputado, esta moção não é sobre partidos, esta moção é sobre o país e é sobre a região. O Chega é contra tudo e contra todos. Há duas semanas, na Assembleia de Freguesia, era a favor da moção porque ela beneficiava o interior do país. Agora já é contra porque é um ato eleitoralista. Os Senhores são cataventos políticos, mudam de opinião todos os dias. O senhor tem é que dizer se está a favor do Governo que quer avançar com o IC31 e com a Barragem do Alvito, isso é que o Senhor tem que dizer.

O Senhor é contra porque estamos em eleições, esse é que é o seu problema.

O Senhor tem que ter uma orientação, tem que ter um sentido e tem que estar ao lado da região quando há medidas que são adotadas por Governos que beneficiam a região.

Christelle Varanda Domingos (PS)

Gostaria de iniciar esta intervenção destacando um momento que muito nos orgulha e reafirma o nosso compromisso com a Democracia e com o futuro do nosso Concelho.

A realização, no passado dia 23 de abril, da Sessão piloto da Assembleia Municipal de Jovens de Castelo Branco. Esta iniciativa, a verdade, seja dita, parte de um desafio do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco e insere-se no Plano Municipal para a Igualdade, também nas ações definidas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, ambas desenvolvidas pelo presente Executivo, neste mandato.

Com esta ação piloto, lançamos as bases de um projeto que, sendo inovador, requer agora continuidade e consolidação.

A Assembleia Municipal, para esclarecimento de todos, envolveu os quatro Agrupamentos do nosso Concelho, Afonso Paiva, Nuno Álvares, Amato Lusitano, José Sanches e São Vicente da Beira e desenvolveu a participação ativa das respetivas Direções e Associações de Estudantes de cada Agrupamento. Por isso, cada Associação foi responsável por identificar dez elementos que viessem integrar a respetiva Assembleia Municipal Jovem e tivemos o cuidado de solicitar que fossem também jovens representativos dos vários ciclos de ensino.

Durante a sessão, os jovens foram desafiados a tomar conta de várias medidas ao nível do meio ambiente, voluntariado, melhorias nas escolas, alimentação escolar, alojamento estudantil e demonstraram maturidade e a consciência cívica desta geração.

Destaco e parabenizo ainda a apresentação das linhas gerais do estudo diagnóstico para o Plano Municipal da Juventude, elaborado pela Universidade de Coimbra e que irá orientar as linhas políticas municipais para a juventude.

A forte adesão e o empenho demonstrado por estes estudantes, reforçam a importância de dar continuidade a este tipo de iniciativas, institucionalizando a Assembleia Municipal Jovem como um espaço regular de participação cívica ativa. Investir nos nossos jovens é assegurar o futuro, promover o nosso território e projetá-lo no presente.

Neste sentido, quero sublinhar a relevância da participação do Município em três relevantes feiras e certames nacionais e internacionais, a BTL, a Bolsa de Turismo de Lisboa, que é somente a maior bolsa de turismo de Portugal, que recebeu cerca de 82.000 visitantes nesta edição, a Lisbon Food Affair, onde o Município desafiou as empresas do agroalimentar do Concelho a fazerem aqui amostras dos seus produtos. A Feira Internacional do Turismo de Madrid, um dos principais eventos mundiais ao nível do turismo, foi também um palco para a afirmação do Concelho de Castelo Branco. Estas ações de promoção externa são fundamentais para fortalecer a imagem do nosso Concelho, atrair visitantes, fomentar parcerias e valorizar os nossos recursos locais, da cultura ao património, da gastronomia ao agroalimentar e ao turismo de natureza.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com jovens mais participativos e com uma presença reforçada nos grandes palcos internacionais, estamos a construir um Concelho que se quer mais forte, mais inclusivo e mais preparado para desafiar, para enfrentar os desafios que se impõem.

Sandra Maria Duarte Lucas (Presidente da Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo)

No dia 5 e 6 de abril, realizou-se a Feira da Vinha e do Vinho, este ano o conceito foi alterado, pensámos de dentro para fora. Tivemos as nossas pessoas para mostrar aquilo que temos de melhor. Tivemos malhas, enchidos, queijos, artesanato, o pão e também tivemos os nossos bolos. Convido todos a conhecerem o nosso bolo torto, que é muito bom torrado com manteiga ou com queijo picante, fazemo-lo de uma forma diferente de toda a gente, por isso aconselho a todos irem provar.

Também tivemos os nossos produtores, este ano tivemos 15 produtores de vinho que nos ajudaram para que a feira fosse diferente.

Quero aproveitar para agradecer à Câmara Municipal, aos funcionários, à empresa que nos ajudou a montar a feira e toda a logística, aos que connosco estiveram. Aproveitar também para agradecer ao Centro de Dia por ter aceitado o nosso convite para ficar com o bar, à comissão de festas que ficaram com a parte da restauração, ou seja, de dentro para fora, porque acho que é assim que enaltecemos as nossas aldeias.

E depois também quero aproveitar para falar de um assunto que é difícil, mas na política e na vida, não podemos ter medo. No dia 28 de fevereiro, como sabem, o muro do cemitério do Salgueiro caiu, ruiu. Foi um dia muito difícil para mim, para o meu Executivo, porque calhou-me a mim. Foi muito feio aproveitarem as redes sociais, o aproveitamento político, porque nessas alturas não pode haver política, temos que estar pelas pessoas e para as pessoas. Não tentei esconder, mas tentei proteger as pessoas, porque quem lá esteve, viu o quanto difícil foi aquele dia.

Quero agradecer ao Senhor Presidente da Câmara que desde as 7.30 horas, da manhã, esteve comigo. Ao engenheiro Amândio Nunes, ao Senhor Comandante José Capinha, ao Engenheiro Aníbal, ao Lúcio Nunes que foi incansável, ao Marco e aos seus funcionários, mas principalmente, à população. Eu estive lá, não tive medo de ninguém, toda a gente me tratou bem. Porquê? Porque todos sabíamos o que lá tínhamos e nestas ocasiões, temos que pensar nas pessoas, temos que deixar as cores, porque ali, só havia uma cor, o Salgueiro e as pessoas.

No dia a seguir fizemos uma reunião com os familiares, explicámos que não íamos fugir das nossas responsabilidades e já temos uma solução e estamos a trabalhar nisso. A política às vezes é isso mesmo.

Quero agradecer aos meus colegas de cores diferentes que me ligaram, que mandaram mensagem, que estiveram comigo, porque é isto, é sermos pessoas, dar empatia, porque o povo

do Salgueiro mereceu, naquele dia, estivéssemos todos juntos. O Salgueiro mereceu a compreensão de todos naquele dia porque foi muito duro.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

Nesta intervenção, ouvi aqui falar que houve aproveitamento político, acho que estamos todos solidários, relativamente, a esta questão.

Eu gostava de ver aqui esclarecido, quem é que teve aproveitamento político.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

Antes da minha intervenção propriamente, dita, não posso deixar de tecer, desde já, algumas considerações e notas prévias. Desde logo, quanto à moção apresentada pelo Partido Social Democrata, tenho a dizer que tudo o que seja, em prol, das nossas populações, tudo o que seja, em prol, dos nossos munícipes, merecerá do Partido Socialista, o apoio.

Agora vamos sugerir aqui algumas alterações ao texto, por forma a contemplar também os esforços desenvolvidos quer pela Câmara Municipal de Castelo Branco, quer pelo anterior Executivo Socialista.

Tive o cuidado de anotar algumas intervenções que me antecederam, acho que o fantasma da obra é o fantasma da obra concretizada. E o fantasma da obra concretizada incomoda muita gente. Se não se faz obra é porque não se faz, se faz obra é porque a obra é feita e como é feita, ou seja, o que incomoda é haver obra. O que incomoda é haver concretização. A concretização é um fantasma para muita gente.

Há o fantasma da ópera e o fantasma da obra e para algumas lideranças partidárias aqui presentes, é mais importante a motivação política do que a obra concretizada ao serviço dos cidadãos. É mais importante a demagogia política, os tik tok, etc., do que propriamente as concretizações.

A Lusofonia Academy tem uma nova base no Aeródromo Municipal de Castelo Branco, onde irá ministrar a formação de pilotos de aviação, em geral, e é a segunda escola de aviação civil a instalar-se em Castelo Branco, a par da Irwin Portugal, e esta instalação foi firmada no passado dia 3 de abril, através de um protocolo com contrato de arrendamento.

Novos investimentos também no aeródromo são de salientar como a iluminação da pista, o taxiway e o sistema de aproximações, que é fundamental para voos noturnos.

Nota-se novamente a escolha por Castelo Branco para empresas ligadas ao sector da Aeronáutica que, passo a passo, vincam cada vez mais a nossa presença no panorama nacional e internacional no sector da aviação civil. Relembramos o investimento em janeiro de 2024, da Dassault Aviation Business Service, que trouxe até Castelo Branco a tecnologia de ponta e colocou-nos no mapa da Europa, isto para dizer que estamos cada vez mais a ter um cluster aeronáutico em Castelo Branco.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)

Senhor Presidente, só para dizer que talvez fosse interessante podermos suspender os trabalhos durante cinco minutos para conversarmos um bocadinho, porque creio que a questão é importante para a região e merece esse consenso.

Presidente da Assembleia Municipal

Se a Assembleia concordar com o pedido de interrupção do Senhor Deputado do PSD/CDS/PPM, vamos interromper os trabalhos para que os senhores Deputados possam analisar a referida moção.

Interrupção dos Trabalhos 10.50 horas

Reinício dos Trabalhos 11.00 horas

Presidente da Assembleia Municipal

Uma vez que houve a alteração ao texto do voto de congratulação, passava a palavra ao primeiro subscritor, Senhor Deputado Miguel Barroso para passarmos à votação deste voto de congratulação.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)

Senhor Presidente, quanto à alteração deste voto de congratulação, no segundo parágrafo pode ler-se agora, “o atual e o anterior Governo decidiram avançar com a construção do itinerário complementar 31 e o primeiro ponto também teve nas conclusões, uma alteração ou várias e passa a constar “congratular o atual e o anterior governos pelas decisões relativas ao IC 31, bem como, a intervenção do Município de Castelo Branco, junto dos mesmos e à Barragem do Alvito, projetos de crucial relevância estratégica para a região”. Esta é a redação que fica.

Deixe-me apenas acrescentar antevendo o que pode acontecer, fiquei satisfeito que consigamos, os partidos responsáveis moderados, consigam entender-se e estabelecer pontes com este propósito que não é outro, que é a defesa da região e dos projetos que são importantes para a região.

Francisco Pombo Lopes (PS)

Apenas para dizer que estas alterações são de justiça e que iremos votar a favor o texto, assim, alterado.

António Augusto Cabral Marques Fernandes (Sempre-MI)

Votaremos a favor desta moção e, de facto, congratulamos, o anterior Governo, o atual Governo e esperamos poder vir a congratular o próximo Governo, para manter esse desígnio da construção do IC31, em perfil de autoestrada. E ficamos de facto muito satisfeitos por termos conseguido chegar aqui a este consenso, aparentemente, não será pleno, mas será quase pleno. E fico de facto muitíssimo satisfeito por este consenso.

No entanto, não queria deixar de dizer que, em tempos, o Sempre-Movimento Independente apresentou aqui uma moção que foi rejeitada por alguns membros desta Assembleia, mas, enfim, mais vale tarde que nunca.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

O Movimento de Castelo Branco Merece Mais, se merecemos mais, voto na unidade de cidadania albicastrense e aqui não há partidos, quando há realmente dois aspetos que são fundamentais, porque o que conta são os representantes locais e, neste caso, é o Município, como também os representantes do Governo que, em termos, de projeto, porque estes projetos, que estão aí, também têm que ser um consenso internacional, sabendo que isto só se vai concretizar lá para 2028 e por isso vamos votar a favor.

Vamos votar a favor porque é para benefício do território e de Castelo Branco, com uma agravante ainda com anexo, com uma adenda, há que fazer estudos mais aprofundados em relação ao Alvito e às alternativas, como aqui também se mencionou e é, nesse sentido, que voto favor, esperando que se faça mais, aprofundar este aspeto de benefício, como seja, a barragem do Ocreza, para que nos possa dar melhores condições para o desenvolvimento do território.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Como é óbvio, há realmente um partido responsável aqui, relativamente, ao interior, que é o CHEGA e por isso, é que vamos votar contra esta questão.

De frisar que o CHEGA terá todo o gosto em fazer um voto com a colaboração do Governo que fizer o IC31 e a Barragem do Alvito e o IC8 e tudo o que se fizer no interior. O CHEGA não terá, de maneira alguma, votar a favor de uma congratulação, de uma declaração de intenções meramente eleitoristas. E, relembro que foi o PSD que votou contra a abolição de portagens, portagens essas colocadas pelo PS. Ou seja, se há um Partido aqui que defende o interior é o CHEGA, intrinsecamente. E estão aqui, hoje, Deputados sentados que quando estiverem na

Assembleia da República, vão votar contra o interior, como o PSD fez que votou contra o interior, contra a abolição de portagens. Estão a enganar as pessoas. E, realmente, ia votar contra e Deus queira que saia em todos os jornais a dizer e na comunicação social local que o CHEGA votou contra que é para as pessoas me ligarem a perguntar porquê. E vou responder: “Olha, porque votei contra a campanha, o Programa Eleitoral do PSD como é claro.

Moção

Voto de Congratulação pela decisão do Governo em avançar com o IC31 e a Barragem do Alvito

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2025, congratula o Governo da República pelas recentes decisões estratégicas que visam reforçar a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável do interior do país.

O atual e anteriores Governos decidiram avançar com a construção do Itinerário Complementar 31 (IC31), ligando a A23, na zona de Alcains, à fronteira de Termas de Monfortinho. Esta infraestrutura, com cerca de 60 km, é fundamental para reduzir custos de contexto, melhorar a mobilidade e a segurança rodoviária, aproximando a Região Centro de Portugal, e o distrito de Castelo Branco em particular, a Espanha. O projeto foi inscrito no Plano Nacional de Investimentos - PNI2030, apresentado a 22 de outubro de 2022, potenciando o desenvolvimento da mobilidade transfronteiriça, fortalecendo as ligações com a Extremadura espanhola, tornando a fronteira um fator de união.

Concomitantemente, o Governo anunciou o avanço do estudo para a construção da barragem do Alvito, no rio Ocreza. Esta infraestrutura estratégica visa reforçar a resiliência hídrica da bacia hidrográfica do Tejo, garantir uma gestão sustentável dos recursos hídricos, apoiar a agricultura regional, melhorar a prevenção de incêndios e impulsionar o desenvolvimento sustentável do território.

Reconhecendo que estas medidas constituem passos concretos para corrigir desigualdades territoriais históricas, proporcionando novas oportunidades económicas e sociais às populações do interior, a Assembleia Municipal de Castelo Branco delibera:

1. Congratular o atual e anterior Governos pelas decisões relativas ao IC31, bem como a intervenção do Município de Castelo Branco junto dos mesmos, e o Governo pela decisão relativa à barragem do Alvito, projetos de crucial relevância estratégica para a região.

2. Apelar ao Governo para que prossiga rapidamente com as fases seguintes destes projetos, garantindo a sua efetiva concretização.

Delibera-se comunicar esta moção ao Governo da República, e ao Ministério das Infraestruturas.

Os membros do grupo municipal do Partido Social Democrata abaixo-assinados:

Carlos Antunes/Miguel Barroso/José Alberto Duarte/João Ramos

A Assembleia Municipal de deliberou, por maioria, com 2 votos contra do CHEGA e 36 votos a favor, o respetivo voto de congratulação.

Presidente da Câmara Municipal

Vou tentar responder com a maior brevidade possível às várias intervenções que aqui foram feitas e às questões que me foram colocadas.

Começo pelo Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, relativamente, às questões do alojamento estudantil e ao ponto da situação, relativamente, às várias infraestruturas que aqui menciona. A Residencial Arraiana, de acordo com a informação que recebi, está a aguardar a aprovação por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil, após a revisão do projeto para que possamos lançar o concurso para a execução do mesmo.

Relativamente à Residência Calouste Gulbenkian, temos um problema na Residência da Fundação Calouste Gulbenkian, que é o facto de no momento em que foram extintas as delegações escolares, o arquivo da Delegação Escolar ter sido transferido para a mesma, que ficou condicionada por essa via durante algum tempo, em dois ou três dos seus pisos.

Já procurámos junto da Delegação Escolar do Centro e da Direção Regional de Educação do Centro, fazer a mudança desse arquivo para um outro espaço para que possamos elaborar um projeto que até ao momento ainda não foi possível concretizar este objetivo, o que de certo modo está a condicionar a intervenção da Câmara Municipal.

No que diz respeito ao Relatório de Segurança Interna, as várias reuniões que fizemos com os responsáveis pela Segurança no Concelho de Castelo Branco, vão-nos informando do estado desse mesmo aspeto e aquilo que constatamos é que Castelo Branco é uma cidade e um Concelho, seguros, onde os níveis de delinquência ou de atropelos têm vindo a diminuir ou pelo menos a estabilizar em alguns lados. Há efetivamente aqui uma situação mais crítica que diz respeito, nomeadamente à violência doméstica, que é um dos itens que não tem vindo a diminuir da forma que seria desejável.

Neste relatório, o Distrito de Castelo Branco aparece mal situado, mas se formos analisar o Concelho de Castelo Branco, verificamos que os índices, em Castelo Branco, são bastante positivos.

No que diz respeito aos incêndios rurais, estamos, obviamente, a acionar aquilo que são os meios necessários para isso, tal como, fizemos nos anos anteriores, vamos contratar duas máquinas de rastos para que estejam em permanência, disponíveis durante o período mais crítico e a necessitar de intervenção. E, posso também aqui adiantar que fizemos a instalação de quatro depósitos com 700 metros cúbicos de água para que possam vir a ser um auxílio, esperamos que nunca venham a ser necessários, mas se houver essa necessidade, possam ser um auxílio no combate aos incêndios.

Relativamente, ao Conselho Municipal de Cultura, lançámos aqui há tempos o Regulamento, temo-lo praticamente concluído, se não estou em erro, para podermos trazer aos Órgãos para aprovação.

O Senhor Deputado João Ribeiro, do CHEGA, fez aqui duas questões que farei no ponto seguinte um balanço daquilo que foi a intervenção ao nível do Concelho, no que respeita ao apagão.

Quanto à questão dos emigrantes, estamos a trabalhar ao nível da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em que foi decidido fazer uma prestação de serviços com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, no sentido, de ser feito o levantamento dos emigrantes nos vários Concelhos que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e da situação em que eles se encontram nestes mesmos Concelhos.

Senhor Deputado Miguel Barroso traz aqui dois ou três aspetos que aliás, a Senhora Deputada, representante da Freguesia de Castelo Branco, Sílvia Resende, também trouxe o mesmo assunto, que tem a ver com a Faculdade de Direito de Lisboa e a sua presença no território de Castelo Branco.

Queria, em primeiro lugar, deixar aqui claro, que a Câmara Municipal de Castelo Branco vê, entende e age, no sentido, do Instituto Politécnico de Castelo Branco ser um parceiro importante e em nenhum momento o contacto que fizemos com o Senhor Presidente ou Senhor Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa teve como objetivo diminuir o Instituto Politécnico de Castelo Branco, dos seus docentes ou aqueles que nele trabalham. Mas, entendemos, como já aqui foi dito, também pela representante da Junta de Freguesia de Castelo Branco, que Castelo Branco tem condições para ter mais.

Castelo Branco é uma terra que tem muito boas condições para potenciar a atração de estudantes. O Instituto Politécnico tem-no feito e entendemos que para além daquilo que são, hoje, os cursos em funcionamento no Instituto Politécnico Castelo Branco, temos condições para

aqui ter algo que não existe em todo o interior do país, que são estudos superiores de Direito. Efetivamente, a Faculdade de Direito mais próxima desta região é a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, fora isso, desde Trás-os-Montes, até pelo menos ao Alentejo, não existe nenhuma Faculdade de Direito e, perante, esta situação e a oportunidade que daí advém, foi por isso mesmo que pedi uma reunião ao Senhor Diretor da Faculdade de Direito de Lisboa, até porque tinha conhecimento de um protocolo assinado entre essa Faculdade de Direito e a Câmara Municipal de Bragança há muito tempo, se não estou em erro, este protocolo foi assinado, mais concretamente, no dia 12 de abril de 2011, portanto, tendo conhecimento desta disponibilidade da Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Diretor, para estar em territórios que vão para além daquilo que é a cidade de Lisboa, pedi uma reunião ao Senhor Diretor e coloquei-lhe a questão de nos ajudar aqui a implementar uma faculdade de Direito, onde pudessem ser ministrados licenciaturas na área do Direito.

Fiz uma reunião com o Senhor Diretor há bastante tempo, coloquei-lhe esta questão e ele levantou-me aqui algumas possibilidades, sendo que ele próprio, manifestou desde o princípio a importância de envolver as instituições de ensino superior, desta região, nomeadamente, a Universidade da Beira Interior, que é quem poderá ter competência no futuro para aqui instalar uma Faculdade de Direito e também o Instituto Politécnico, que não tem essa competência, mas que poderá estar associado também a este aspeto.

Nessa reunião foi o Senhor Diretor que me disse, “Senhor Presidente, acho que era importante, darmos aqui um primeiro passo que pode passar por aquilo que o Senhor já aqui referiu, que é um protocolo semelhante àquele que se está a fazer, que temos com Bragança, que é a Faculdade de Direito para além de Lisboa, para além do seu espaço geográfico e podermos avançar com cursos de pós-graduação na área do Direito”. Eu tirei aqui alguns dados e a Faculdade de Direito de Lisboa, só para vos dar aqui algumas ideias, os números vêm em inglês, mas tem aqui vários rankings em que aparece, praticamente, sempre na mesma, Education primeiro lugar em Portugal, quinquagésimo lugar na Europa Ocidental, 140 no mundo. CWRC Center of World

University Rankings, 79 na Europa, 200 no mundo. Shangai Ranking, primeiro em Portugal 150 a 200 no mundo. National Taiwan University Ranking, primeiro em Portugal, 166 no mundo e mais uma série de resultados em que a Faculdade de Direito de Lisboa aparece bem localizada. Não esquecer que os professores e os cursos da Faculdade de Direito de Lisboa fazem doutrina e fazem jurisprudência.

É efetivamente uma Universidade reconhecida, seja a nível nacional, seja a nível internacional e onde aquilo que são as publicações e também os pareceres dos docentes desta Universidade, afirmam aquilo que é a importância desta mesma Universidade.

A questão que coloco é, não diminuindo, em nenhum momento, a importância dos nossos Professores do Instituto Politécnico Castelo Branco e das suas diferentes escolas e da sua intervenção, se temos ou não temos interesse em ter uma Faculdade de Direito, pela qual nos estamos a debater, é ter a presença desta Faculdade de Direito, em complemento, com os trabalhos que já aqui são desenvolvidos. Eu dou o meu próprio exemplo, desde há bastante tempo que faço formação na área da contratação pública e já fiz várias ações de formação na área da Contratação Pública. Fiz, por exemplo, no âmbito, do projeto da formação para gestores Públicos e fi-lo em diferentes momentos no Instituto de Emprego e Formação Profissional e também individualmente, porque é uma área importante e decisiva no que diz respeito à Administração Pública e à Gestão da Administração Pública. E fi-lo com formadores diferentes, com formadores oriundos de diferentes Universidades, como, por exemplo, do INA, com competência que é reconhecida aos formadores do INA. Portanto, esta proposta de protocolo resulta, efetivamente, deste contacto que fiz e tem um objetivo mais lato do que apenas o ministrar cursos de pós-graduação. Acredito, plenamente, que em nenhum momento termos outros atores a lecionar diminui seja quem for e de que escola for. Efetivamente, aquilo que poderemos ter são contributos diferentes, complementares e que podem ser perfeitamente articulados com aquilo que é feito. Mas, também na sequência desta reunião com o Senhor Diretor e com a proposta que daí resultou,

no que diz respeito à questão da criação do curso de Direito, coloca várias questões como coloquei e diz que deve ser feita em conjunto com estas escolas.

Eu fiz também uma reunião com o Senhor Reitor da Universidade da Beira Interior, o Professor Doutor Mário Lino Barroso, fiz essa reunião no dia 10 de março de 2025, em que o confrontei com aquilo que é uma evidência, que é o facto de termos uma Universidade que se chama Universidade da Beira Interior e que apenas tem presença na cidade da Covilhã.

Se olharmos para a Universidade do Minho e Trás-os-Montes, está presente, entre outras, em Braga e Guimarães. Se olharmos para a Universidade de Coimbra, já se estende, nomeadamente, à Figueira da Foz e a Universidade da Beira Interior, que nos seus estatutos menciona claramente a necessidade, ou a missão de estar presente, nomeadamente, na cidade de Castelo Branco e também no concelho de Castelo Branco e no Concelho da Guarda.

Entendemos que não é importante ter aqui cursos de Ensino Superior de áreas que já existem, mas é importante darmos a oportunidade de termos aqui uma área tão importante como é a área do Direito, que, como sabemos, é um dos cursos mais antigos e um dos cursos com maior prestígio que as nossas Universidades lecionam.

Se me dizem que isto não é importante para o território, se me dizem que isto não é importante para a região e se me dizem que isto não é importante para os potenciais estudantes de Direito desta região do interior, humildemente, não concordo porque entendo que, efetivamente, esta é uma área que muito pode potenciar o Ensino Superior, em Castelo Branco, com todas as potencialidades que tem e com tudo aquilo que pode contribuir para o desenvolvimento da região. Repito, mais uma vez, não menosprezando aquilo que é o papel do Instituto Politécnico de Castelo Branco, aquilo que são as suas diferentes escolas e as suas possibilidades de crescimento. Aliás, não há muito tempo pedi ao senhor Professor Armando Ramalho e também ao Senhor Presidente do Instituto Politécnico que pensassem na possibilidade de desenvolver um curso na área da Aeronáutica, até porque estamos a dar um forte impulso ao

Aeródromo Municipal e a tudo aquilo que resulta das várias infraestruturas associadas ao Aeródromo Municipal.

Repito, Senhor Deputado Miguel Barroso, que esta é uma perspetiva de crescimento e uma perspetiva de valorização e é uma perspetiva de oportunidade.

Também sei que a Faculdade de Direito de Lisboa não tem interesse, só por si, em criar aqui um curso, mas que está disponível e este é um aspeto extremamente importante que está disponível em colaborar com a Universidade da Beira Interior e a colaborar com o Instituto Politécnico Castelo Branco, no sentido, de criar os mecanismos necessários para a presença do Direito em Castelo Branco.

Penso que respondi à sua questão e às preocupações que advêm da mesma.

Relativamente, à Estratégia Local de Habitação, de facto, iniciámos o mandato sem nenhuma ação no que diz respeito à Estratégia Municipal de Habitação. Havia apenas um contrato com uma empresa, no sentido, de elaborar a Estratégia Local da Habitação. Como sabe, é um documento que demora muito tempo a ser elaborado, até pela complexidade do mesmo. Elaborámo-lo, fizemos a sua aprovação no Órgão Executivo e também no Órgão Deliberativo e enviamos para o IHRU para que pudesse vir a ser protocolado. Infelizmente, até ao momento não houve disponibilidade do IHRU para o protocolar. Recentemente, falei com a Direção, com a Administração do IHRU, no sentido, de perceber por que razão é que tarda tanto a concretizar este protocolo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o IHRU

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, há muito tempo que me interrogo sobre... eu não queria ser muito incisivo, mas, pela forma, pelo incómodo e pelo mal-estar que o Senhor apresenta cada vez que temos Sessões de Assembleia e também pelas diferentes considerações que fez ao Presidente da Câmara Municipal quando se dirigiu à sua Freguesia. Hoje, percebi, quando o Senhor diz que em 2021, tinha avisado para não confiarem no Partido Socialista, ficou claro, Senhor Presidente da Junta, a sua “raiva”, relativamente, ao seu

mandato enquanto, Presidente de Junta de Freguesia e a sua “raiva” relativamente, ao atual Executivo e também ao Partido Socialista. Nós não temos sentimentos desses, trabalhamos com todos e no sentido de melhorar as condições de vida das populações.

Falou no multibanco, mas esqueceu-se de falar nos columbários, no cemitério do Louriçal do Campo, que foi um dos primeiros pedidos que o Senhor Presidente da Junta fez à Câmara Municipal, no qual, estabelecemos um Contrato Interadministrativo e que estão há bastante tempo ao serviço da população. Não omitiu que a intervenção na estrada carece de um protocolo ou pelo menos de uma colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Câmara Municipal do Fundão, ou então o Senhor Presidente da Junta de Freguesia aceita que se faça a intervenção apenas numa parte da estrada, não se fazendo na sua totalidade.

Relativamente aos emails que aqui refere e na parte inicial da sua intervenção, explicaria muitas coisas, relativamente, portanto, à estrada. Sabemos claramente que temos que fazer este protocolo, ou pelo menos haver um entendimento entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Câmara Municipal do Fundão, mas temos o projeto pronto para avançar, assim que tenhamos isso decidido.

Relativamente, ao saneamento de São Fiel, tínhamo-nos comprometido consigo, mas o mundo não acaba em quatro anos, há mais vida para além do mandato autárquico.

A Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados tem vindo a trabalhar nisso, foram necessários vários estudos e estamos, neste momento, a aguardar por parte das Águas do Vale do Tejo, um parecer ou autorização para que possamos fazer a ligação da rede à ETAR do Louriçal do Campo.

Lembrar ainda, que este atual Executivo, através dos Serviços Municipalizados, tem vindo a fazer um papel muito importante e determinante no que diz respeito àquilo que são as questões ambientais e também à importância dessas intervenções ambientais.

Recordo aqui o trabalho que fizemos junto das localidades que ainda não tinham um sistema municipal de fornecimento, faziam, portanto, o abastecimento de água através de meios locais, com todos os riscos que isso implica. Recordo também o trabalho que fizemos, no sentido, de adquirir o terreno e fazer um novo projeto para a ETAR de Almaceda que está em execução, ou pronto para ser iniciado.

Preocupa-nos muito um conjunto de áreas relacionadas com o ambiente e com o saneamento, nomeadamente, a existência ainda para além desta fossa, de mais cerca de 22 fossas, que urge, fazer-se uma intervenção, porque a intervenção é crítica e necessária. Não é verdade que não tenha reunido com o Senhor Moreno, já reunimos mais do que uma vez, relativamente, à Casa do Freiro da Anunciação. A última vez que aqui estive comigo, apresentou-me um valor diferente daquele que tinha apresentado, inicialmente, e pedi aos serviços para fazerem a avaliação para que possa ser apresentada uma proposta de intervenção.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, também omite, na intervenção que aqui fez, aquilo que foi a disponibilidade, por parte, da Câmara Municipal para resolver um problema crítico no Louriçal do Campo e para os seus habitantes, no que diz respeito, ao apoio às pessoas, às pessoas idosas que é resolver um problema gravíssimo do Louriçal do Campo e que tem a ver com o Centro de Noite.

O Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, fala-nos, novamente, sobre a descaracterização do Mercado Municipal em residência de estudantes.

Senhor Deputado, quero dizer-lhe que a proposta que apresentamos, é uma proposta que resulta de um estudo, da entidade que é o SIMAB, que é responsável em Portugal e também fora do país, pela gestão e organização de vários mercados, nomeadamente o Mercado Abastecedor da Cidade de Lisboa. Nós dissemos que era necessário intervir neste mercado e basta frequentarmos, o mesmo, para ver que uma parte significativa não está a ser aproveitado e que precisávamos que

nos fossem apresentadas propostas. E do estudo foi feito junto dos vendedores, junto dos clientes e também com a experiência que o SIMAB, que foi depois apresentada esta mesma proposta.

Perguntam-me, mas não é descabido ter uma residência de estudantes no Mercado Municipal? E, pergunto, mas não será descabido ter um hotel num terminal ferroviário como acontece no Terminal Ferroviário de Lisboa? Não será descabido ter um hotel no Mercado do Bom Sucesso, no Porto que funciona em pleno mercado. Penso que temos aqui alguma complementaridade possível e alguma maximização da intervenção no espaço e da sua valorização.

Senhor Deputado, Carlos Antunes, tomei nota da sugestão que aqui fez, sinceramente, não lhe sei dizer por que razão é que aquele troço de estrada está interdito. Se houver possibilidades de o utilizar, quem somos nós para não o fazer, se afigurar necessário, obviamente, sem que isto represente uma promessa ou um compromisso, mas apenas um estudo e uma ponderação de importância, ou não, de reabrir aquele pequeno espaço de via pública.

Senhora Deputada, Ana Lourenço, mostra-se sempre muito entusiasmada, mas nem sempre faz bem o trabalho de casa. Senhora Deputada, nestas coisas também é preciso estudar. Também é preciso ver o que estamos a fazer. Quando fala de obras rodeadas de tapumes, o que é que a Senhora queria? Explique-me o que é que a Senhora queria? Que não colocássemos tapumes? Que a empresa que está a executar a obra não colocasse um tapume, e tivesse uma inspeção da Autoridade das Condições do Trabalho por colocar em risco a segurança na via pública? Ou a Senhora acha que os tapumes têm como objetivo realçar a obra que lá está a ser feita? Os tapumes têm como objetivo proteger as pessoas e proteger a segurança das pessoas. A Senhora pensava que se podia pintar a fachada do Mercado Municipal com escadote? Acha que é possível pintar o Mercado Municipal com o escadote? É que não é possível pintar o Mercado Municipal com escadote, temos que ter andaimes e proteção, advém da lei e do seu cumprimento. E como disse, Senhora Deputada, se estudasse mais os assuntos, não caía nestes erros e não caía nestes logros.

Agora fala de obras, da sua realização e que são “fachada”. Não são “fachada” Senhora Deputada. Senhora Deputada, vá perguntar aos habitantes do Maxial se é “fachada” o alargamento do cemitério. Vá perguntar aos habitantes do Maxial se é “fachada” a requalificação da estrada de acesso aos Maxial.

Vá perguntar aos habitantes dos Escalos de Cima, se é “fachada” o alargamento do cemitério que estamos a fazer, onde se enterravam, infelizmente, os mortos nos corredores do cemitério e onde já comprámos terreno, fizemos o projeto e estamos a executar a obra.

Vá lá perguntar-lhes se é “fachada”.

Vá junto da população perceber o que é o seu sentimento e o seu reconhecimento e a sua gratidão. Mas, mais do que isso, a resolução dos problemas que advêm de questões não resolvidas.

Pergunto-lhe, Senhora Deputada, se é “fachada” construir mais uma Creche em Castelo Branco.

Pergunto-lhe se é “fachada” fazer a requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo.

Pergunto-lhe se é “fachada” fazer a reabilitação da Rua Dadrá, ou na Rua dos Bombeiros Voluntários, ou a requalificação da Rua de Santiago, a requalificação da Escola Primária, ou da Escola do 1º. Ciclo dos Escalos de Baixo, apenas para dar alguns, exemplos, dos muitos que aqui podia dar.

E, concordo, inteiramente, com o Senhor Deputado Francisco Pombo Lopes, quando diz que há o fantasma da ópera e há o fantasma da obra.

É que o Movimento que Senhora Deputada representa, tem passado quatro anos a dizer mal da Câmara Municipal e dos Membros do Executivo do Partido Socialista. E percebo que o Movimento que representa se sinta muito incomodado pela quantidade de obras que estamos a fazer e, mais do que isso, pela resposta que estas obras dão a necessidades concretas da população.

Efetivamente, não são obras de “fachada”.

Quando estamos a construir uma Creche, estamos a dar resposta às famílias que têm filhos pequenos e não podem ir trabalhar porque não têm um local onde colocar os seus filhos.

Quando criamos condições para começar a funcionar na Unidade de Saúde Familiar na Quinta das Violetas, estamos a dar resposta às famílias e à saúde em Castelo Branco.

Quando propomos e voltamos à sua intervenção e à “fachada”, vá lá perguntar aos habitantes de Alcains se é “fachada” a construção do novo Centro de Saúde, no antigo Ciclo Preparatório.

Pergunte aos habitantes de Castelo Branco se será “fachada” a construção da Unidade de Saúde.

Senhora Deputada, trata-se de responder às pessoas, de responder às necessidades das pessoas e de fazer um trabalho que demora tempo. É verdade que demora muito tempo, mais tempo do que gostaríamos, mas é necessário ser feito porque responde, efetivamente, às pessoas e não responde apenas àquilo que a Senhora diz que está completamente equivocada, sobre isso.

Pergunto, também, se será “fachada” a criação na Zona Histórica de Castelo Branco, da Escola de Chefes, que o Senhor Deputado, Armando Ramalho, ironicamente diz que tem zero execução.

Não tem zero execução, Senhor Deputado. Tem execução de um projeto que é um projeto diferenciador, um projeto que afirmará Castelo Branco, no futuro, na área do turismo e que está no terreno e que já está em obra, não está concluído, é verdade, nem podia estar concluído, porque tal é a dimensão da intervenção, em primeiro lugar, da elaboração do projeto, depois do lançamento da obra, das diferentes aprovações e da sua realização. E, até podia dar exemplos do passado, mas não o quero fazer porque respeito aqueles que me antecederam e afirmo, principalmente, Castelo Branco e o futuro de Castelo Branco.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, fala sobre algumas intervenções na sua Freguesia, nomeadamente, duas intervenções que foram recentemente disponibilizadas à

população, nomeadamente, no Casal Águas de Verão e também no Maxial do Campo, como na Estrada da Lisga. E, quero deixar aqui claro aquilo que a Senhora Presidente referiu, porque também tem a ver com as pessoas e com a resposta às pessoas. Aliás, é efetivamente, uma pequena localidade que tem poucas dezenas de habitantes e que fica no ponto mais extremo do Concelho de Castelo Branco. É uma localidade que foi devastada pelos incêndios e na sequência desse mesmo incêndio a estrada apontava claros sinais de riscos e dificuldades e foi a partir daí que desenvolvemos um projeto que se fizemos um rácio entre o número de habitantes e os milhares de euros que a estrada custa, ficamos, de facto, a olhar para aqueles números. Mas, as pessoas que vivem na Lisga e a Senhora Presidente das Sarzedas, são merecedoras do mesmo respeito e da mesma intervenção que são as pessoas das Freguesias e também do Concelho.

São também merecedores, os habitantes do Juncal e Freixial do Campo, onde temos para submeter dentro de algum tempo o visto do Tribunal de Contas para requalificação da estrada entre o cruzamento do Salgueiro do Campo e o cruzamento de Tinalhas.

Não é “fachada” Senhora Deputada, Ana Lourenço, a intervenção para as pessoas e a favor das pessoas, a requalificação da Estrada de Monforte, que está a aguardar o visto do Tribunal de Contas para que possamos dar início às obras e para que possamos dar resposta.

Recuo aqui ao parque de estacionamento da Defesa.

Efetivamente, o parque de estacionamento da Defesa está degradado e temos consciência disso e também foi por essa razão que desde o início do mandato, pedi ao Senhor Chefe de Divisão, Aníbal da Natividade, que me apresentasse uma solução para essa intervenção. Eu penso que já aqui disse, mas repito porque vocês não aprendem. Tivemos, inclusivamente, a presença do Arquiteto Matteo e também do Senhor Arquiteto Carlos Figueiredo que vieram estudar, analisar aquilo que é a causa das infiltrações e a forma como podemos resolver e só recentemente, aliás, foi ontem, mesmo, que aprovei o concurso para a intervenção.

Recentemente, o Chefe de Divisão apresentou-me uma proposta de intervenção que tem um valor mínimo de 257.000,00 € e que visa, obviamente, resolver um problema que não é de hoje, Senhora Deputada, este problema tem dezenas de anos e seria importante que a Senhora se preparasse melhor para não fazer afirmações, como faz, porque não quero atirar as culpas para ninguém, mas este não é um problema que surgiu em outubro de 2021. É um problema que há muito tempo se arrasta e é um problema para o qual, estamos a apresentar soluções.

Senhor Deputado, Armando Ramalho, do Sempre-MI, vem sempre com uma enorme verborreia, relativamente, àquilo que são as suas intervenções.

Efetivamente, e assumo com humildade, o atual Município da Câmara Municipal, não consegue concretizar tudo aquilo que são os seus objetivos. Alguns não consegue concretizar, tendo ao longo destes três anos e meio, acrescentado muitos outros, para além daquilo que era a proposta inicial do Partido Socialista. Temos tentado encontrar resposta ao longo deste mandato, para problemas que já existiam, mas também para necessidades que são do presente e um plano de atividades e uma proposta que também se baseia muito nisso. Baseia-se na avaliação do momento e baseia se também na evolução das necessidades. Não estava nas nossas propostas eleitorais um conjunto de intervenções que fizemos ao longo deste tempo, mas que consideramos urgente fazê-las pela pertinência das mesmas e pela implicação que isto tem na vida das pessoas do nosso Concelho.

Relativamente, à potencialidade turística, estivemos, efetivamente, como disse a Senhora Deputada Christelle Domingues, na FITUR, na BTL, estivemos com os nossos operadores turísticos, a promover os nossos produtos, a valorizar Castelo Branco e o território de Castelo Branco.

A Senhora Deputada, Sílvia Resende, já aqui fiz referência àquilo que foi a sua intervenção, o Tribunal, a Faculdade de Direito. E voltando aqui também àquilo que foi a intervenção, relativamente, ao Campus da Justiça de Castelo Branco, tivemos a sorte de ter no anterior Governo, responsáveis pela área da Justiça que olhavam o país e olhavam a coesão do território e é por essa

mesma razão que foi decidido no anterior Governo trazer para Castelo Branco o primeiro Tribunal da Relação, fora dos grandes centros urbanos.

O Tribunal Central Administrativo de Castelo Branco é, efetivamente, o primeiro Tribunal de Relação instalado fora dos grandes centros de decisão. Na altura havia uma política clara, por parte, do Governo de valorizar Castelo Branco através de instituições ligadas à Justiça. Este era um dos elementos, sendo que o Senhor Secretário de Estado da Justiça, Jorge Costa, conversou comigo várias vezes sobre a possibilidade de termos aqui outros tribunais.

Informo, também que estive, recentemente, numa reunião com a Senhora Ministra da Justiça e com as Senhoras Secretárias de Estado, também da área da Justiça, em que as questionei sobre aquilo que é a intenção do atual Governo, relativamente, ao Tribunal Central Administrativo e que lhes disse que não aceitaremos, em nenhuma circunstância, aquilo que foi uma decisão da Assembleia da República, do Governo e que resultou num protocolo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e o Instituto de Gestão Financeira da Justiça, seja em alguma circunstância posto em causa ou não seja executado.

Disse-lhes também que o território deve ser olhado como um todo e que Castelo Branco não pode ser em nenhuma circunstância, prejudicado, relativamente, a outras regiões do país e também que era intenção do anterior Governo, trazer para Castelo Branco um outro Tribunal, um Tribunal de Execução de Penas que não se concretizou porque, entretanto, o Governo caiu e não pudemos concretizar esse objetivo. Também posso informar que a Senhora Ministra da Justiça mostrou interesse em avaliar esta situação.

Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, faz aqui várias referências à ópera e à obra e faz também uma referência, precisamente, à obra que não é obra de “fachada” Senhor Deputado.

O trabalho que estamos a fazer no Aeródromo Municipal é, efetivamente, um trabalho importantíssimo. É um trabalho, em primeiro lugar, de dar visibilidade ao Aeródromo Municipal e

é um trabalho, através dessa divulgação das nossas potencialidades, podermos ter aqui novos atores, nova intervenção e empresas.

Foi a deliberação do Executivo, a construção de um hangar ou a disponibilidade de um terreno de direito de superfície, a cedência do direito de superfície para a construção de um hangar no Aeródromo Municipal e esse hangar já está a ser construído junto ao Aeródromo Municipal, permitindo a presença e a operação de uma empresa tão prestigiada como a Dassault Service Aviation. Foi recentemente assinado o protocolo com a Lusofly, no sentido, de termos mais uma escola de formação de pilotos no Aeródromo Municipal e tenho a certeza de que nos próximos tempos, teremos mais um conjunto de iniciativas e de investimentos, no sentido, de concretizarmos este grande espaço que é o Aeródromo Municipal e as potencialidades que trazem para a economia, para o dinamismo e também para a inovação do Concelho de Castelo Branco.

Armando Lopes Carvalho (Sempre-MI)

O Senhor Presidente referiu que, relativamente, ao ensino de Direito na cidade, que contactou e ouviu a UBI, a Universidade de Lisboa, presumo que também tenha contactado o Instituto Politécnico de Castelo Branco, relativamente, a este assunto, até porque estamos a verificar alguma questão que aqui foi levantada que existe alguma sobreposição, de facto, naquilo que está, neste momento, protocolado ou no protocolo que se ambiciona, exatamente os cursos que são ministrados ao nível da pós-graduação nessa área pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco.

A pergunta, a dúvida que tenho, é se o Instituto Politécnico Castelo Branco foi contactado sobre este assunto ou não?

Será que os santos da casa não fazem milagres nesse aspeto?

A segunda questão, o Senhor Presidente referiu e muito bem e é a realidade que, enquanto Professor do Instituto Politécnico Castelo Branco, fui contactado pela Presidência da Câmara para

termos um contacto com algumas empresas na área da aeronáutica que estão neste momento já instaladas no Aeródromo de Castelo Branco e que felicitamos, na altura, essa medida. No entanto, avançámos e fomos contactados para fazer alguma formação nesta área, avançámos com esses trabalhos. Em novembro, passado, tivemos oportunidade, digamos, de dar pelo menos aquela primeira fase do trabalho que estava concluído e era necessário para podermos avançar até novembro. Era necessário avançarmos com os protocolos, com as entidades que trabalham nesta área porque o Ensino Politécnico, é um ensino que tem o carácter também profissionalizante que é importante e para isso precisávamos ter protocolos com as empresas da área na região que pudessem auxiliar-nos nesse projeto. Na altura fiz esses contactos formais através do Instituto, através do meu Diretor, através do Presidente do Instituto Politécnico, no sentido, de agendarmos uma reunião com o ISQ, com a UBI e também com o Senhor Presidente da Câmara para termos uma reunião com as empresas que estão instaladas no Aeródromo, isto porque trabalhamos em rede e é importante estas formações trabalharem em rede.

Já tivemos contactos com o ISQ, com a UBI, no entanto, não nos foi possível avançar com a formação, em março, passado, porque até agora ainda não reunimos com a Câmara Municipal, nem com as empresas do Aeródromo.

O Senhor Presidente recebeu os ofícios do Instituto Politécnico de Castelo Branco, nesse sentido, já respondeu a esses ofícios e é importante, mas ainda não avançámos este ano por causa disso.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Eu agradecia que o Presidente da Câmara nunca mais utilizasse a palavra “raiva” comigo. É um adjetivo que não se enquadra a um Presidente de Junta, nem à minha pessoa. Portanto, exijo-lhe um pedido de desculpas, nesse aspeto, de utilizar a palavra “raiva” em relação a mim.

Eu não tenho “raiva” de ninguém, nem ao Partido Socialista, nem a ninguém e ponto final.

Segundo, pergunto-lhe, Senhor Presidente, afinal para as estradas há um concurso, ou dois? O senhor sabe onde é que é o limite da Estrada Nacional 548? Pertence alguma parte ao Concelho do Fundão? Impede um concurso público para a manutenção da estrada? Não impede?

Pergunto mais, o Senhor só responde aquilo que lhe dá jeito? De todas as perguntas que lhe fiz, não respondeu a nenhuma. Ainda lhe perguntei sobre o Programa Eleitoral do PS, quantas promessas o Senhor cumpriu, neste mandato. Aliás, sobre as estradas, não tente agora fazer aqui uma obra de arte, porque das reuniões que tivemos, o Senhor Presidente, disse sempre que aquilo era um problema que tinha que resolver com o Concelho do Fundão. Há três anos que anda para resolver um problema com o Concelho do Fundão? Em dois meses e não avançou, portanto, acredito que nenhuma destas obras será lançada neste seu mandato, Senhor Presidente.

Agradeço-lhe muito que numa próxima intervenção, me responda aquilo que lhe pergunto. Eu pergunto aquilo que os Louriçalenses querem saber e o Senhor não lhes responde.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Senhor Presidente da Câmara, uma das funções da Assembleia Municipal ou o principal é fiscalizar o trabalho do Executivo da Câmara.

Eu volto a fazer a pergunta que fiz há pouco que não me respondeu. Eu sei que o Senhor Vereador João Belém não tem pastas, os Senhores Vereadores do Sempre-MI não têm pastas, mas, neste momento, não sei quem é que do PS têm as pastas do quê, a Senhora Vereadora Patrícia Coelho teve que se ausentar e não está aqui, ou seja, neste momento, que eu saiba, a única pessoa com pastas dentro deste Executivo é o Senhor Presidente, efetivamente, parece que é uma Câmara de um homem só.

Peço imensa desculpa por isso, mas acho que esta Assembleia Municipal precisa de saber exatamente quem é que neste preciso momento é o Executivo da Câmara Municipal e que pastas

é que tem cada Vereador, ou então todas as pastas estão entregues ao Senhor Presidente, que é a única pessoa que está aqui a prestar esclarecimentos e ouvir os Senhores Deputados.

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado, Armando Ramalho, efetivamente, sobre este assunto da Faculdade do Direito, ainda não falei com o Instituto Politécnico Castelo Branco, mas o assunto não está encerrado e longe de estar encerrado.

Relativamente à outra questão que me colocou, não sei em que ponto é que está, mas, o Senhor também tem o meu número telefone e já lhe liguei várias vezes para estes assuntos e o Senhor também o pode fazer, relativamente, a mim.

O Senhor sabe que existe inteira disponibilidade em atender as suas chamadas e dar resposta às mesmas.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Pedro João Serra, efetivamente, talvez me tenha excedido, relativamente, ao adjetivo que aqui utilizei. Andei, à procura das palavras e não encontrei a palavra que caracteriza a sua atitude, relativamente, à Câmara Municipal.

Relativamente, às respostas, dei-lhe as respostas às suas questões e dei-lhe respostas às suas não questões porque há assuntos tão relevantes para o Lourçal do Campo que o Senhor prefere chutar para o lado e não fazer referência aos mesmos.

Relativamente, à pergunta do Senhor Deputado, João Ribeiro, estão eleitos pelo Partido Socialista, eu próprio, o Senhor Vereador Hélder Henriques e a Senhora Vereadora Patrícia Coelho, que teve que se ausentar desta sessão porque a filha teve um acidente na escola e teve que acompanhar a filha ao hospital. Hoje está aqui a Senhora Vereadora Catarina, em substituição, como acontece em tantas situações.

Quanto às pastas, pode consultar no site da Câmara Municipal.

Muito obrigado.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29/04/2025

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 17/04/2025:

i) Saldo de Operações Orçamentais - €35.330.316,33

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais - €2.059,01

iii) Valor em dívida em 21/04/2025 - €1.019.895,42

iv) Outros:

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – Ver anexo II.

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal

Queria, em primeiro lugar, fazer aqui um pedido desculpas, houve um problema no envio da informação do Presidente que está feita há alguns dias e não foi enviada, como vem sendo habitual, previamente.

No que diz respeito a este ponto, e também porque fui questionado pelo Senhor Deputado João Ribeiro, do CHEGA, ontem, tivemos uma situação inédita, seja em Castelo Branco, no país e também na Europa, que foi um apagão global que nos deixou às escuras, mas, mais do que isso, deixou-nos numa situação muito crítica.

A Câmara Municipal, os Serviços Municipais de Proteção Civil e também os diferentes Agentes de Proteção Civil tomaram um conjunto de iniciativas que aqui queria deixar expressas.

Advém desse apagão um conjunto de preocupações que tem a ver com o suprimento das necessidades básicas da população. Em primeiro lugar, salvaguardar integralmente o fornecimento de água e foi por essa mesma razão que a Senhora Administradora e os Serviços Municipalizados

emitiram logo, na primeira hora, um comunicado apelando, entre outras coisas, para que não houvesse consumos supérfluos de água e limitar estes consumos era também uma preocupação que imediatamente procurámos cooperar na sua resolução e que tinha a ver com a disponibilidade de um gerador em funcionamento no Hospital Amato Lusitano. Telefonei pela hora de almoço ao Senhor Presidente do Conselho de Administração do ULS a perguntar-lhe em que ponto estavam os meios alternativos de fornecimento de energia e respondeu-me que tinham energia para cerca de 7 horas e que seria necessário, portanto, fazer um abastecimento quando se estivesse a aproximar o fim.

Foi por essa mesma razão que cooperamos, no sentido, de criar as condições para que as estações de abastecimento de combustível o pudessem fazer que como sabem, só funcionam com energia e, portanto, era necessário salvaguardar este assunto, colocando na entidade que está protocolado, o fornecimento de combustíveis com a ULS, colocando um gerador para que o abastecimento pudesse vir a ser feito. Paralelamente, e também porque se trata de questões básicas de salvaguarda da saúde das pessoas e da sua integridade, procurámos junto do Coordenador das Farmácias, verificar de que forma é que as farmácias podiam e deviam estar inteiramente disponíveis, enquanto não tivéssemos energia. Fizemos uma reunião do Conselho Municipal de Proteção Civil, aqui, mesmo, no Salão Nobre da Câmara Municipal, em que a além das Forças de Segurança, estiveram também o Coordenador das Farmácias e alguns representantes e decidimos até porque já tinha a funcionar um gerador que estaria disponível integralmente na Farmácia da Carapalha, sendo que a Farmácia de serviço era a da Avenida Nuno Álvares.

Também fomos, nessa altura, confrontados com uma outra necessidade, por parte, das farmácias, que era a necessidade de termos refrigeração para alguns medicamentos que são mais sensíveis com o aumento da temperatura. E foi também por essa mesma razão que direccionamos o gerador que se localiza no parque de estacionamento da Câmara Municipal para que pudesse fornecer energia ao Mercado Municipal, até porque as câmaras frigoríficas dos talhos estavam cheias de carne. Era necessário garantir, portanto, a conservação desta carne e ao mesmo tempo

disponibilizámos também um espaço, que tinha a energia fornecida por essa via para que os medicamentos pudessem ser acomodados e pudessem ser preservados, sendo que também foi colocada a possibilidade de alguns particulares os poderem aí colocar, de modo, a que pudessem ter essa conservação que aqui estava a referir.

Para além disso, abordámos os Diretores dos Agrupamentos de Escola, eu próprio, estive em todos os Agrupamentos de Escolas, falei com três Diretores, não falei com o Professor António Carvalho, porque não estava presente nesse momento na escola, mas falei com os Membros da Direção, no sentido, de coordenarmos aquilo que seria o dia seguinte que é o dia de hoje, felizmente, já estamos salvaguardados dessa situação.

No que diz respeito ao fornecimento de água, ao seu abastecimento, havia um local crítico que era o tanque lá de cima no castelo, tivemos que acionar meios para além daquilo que são os meios deste território e, portanto, pedimos para serem trazidos para cá, dois geradores de 160 kva, no sentido, de podermos salvaguardar essa situação do fornecimento integral de água, mas também podermos resolver um outro problema que advém do fornecimento de combustível às Forças de Segurança que são abastecidos por uma outra e que não tinha um gerador disponível para fazer esse mesmo fornecimento.

Fizemos uma segunda reunião, já depois de ter sido retomado o fornecimento de energia. Na primeira reunião da parte da tarde, acionamos o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, que foi acionado, se não estou errado, cerca das 17h ou 18 horas da tarde, de ontem, e que estará em vigor até às 24 horas do dia de hoje, até porque entendemos, ou pelo menos temos algum receio, que possa haver alguma reversão.

Fizemos vários contactos possíveis porque a determinada altura, deixámos de ter possibilidade de fazer contactos e fizemos alguns contactos com o Senhor Engenheiro Mário Pina da e-redes, no sentido, de podermos perceber de que forma é que estava o retomar do fornecimento de energia e quais seriam, digamos, assim, os conselhos que nos podiam dar ou que

tipo de intervenções é que podíamos ter aqui na cidade. E, numa das conversas que tivemos, já depois de restabelecida a energia, até porque fui sendo questionado por alguns cidadãos, relativamente, a algumas áreas da cidade, onde a energia ainda não tinha sido reposta, aquilo que me disse, é que esta reposição de energia era feita a partir de dois locais, do Porto e Lisboa, portanto, de uma forma muito gradual, até porque um erro, podia inverter tudo aquilo que estava a ser feito. E, portanto, tinha que haver alguma cautela relativamente a isso.

Tive ainda, oportunidade de ligar aos Presidentes, responsáveis pelas IPSS, ou estar presente nas mesmas. Desloquei-me porque não conseguíamos ter contacto via telefone ou outro, a várias instituições particulares de solidariedade social, para procurar saber como é que as coisas estavam a correr e se havia alguma necessidade que pudessemos ajudar a resolver.

Tivemos também, junto das Forças da Ordem, para garantia que seriam reforçadas as ações de vigilância e de patrulhamento em todo o Concelho, de modo, a que se tivéssemos uma noite sem luz, pudessemos garantir a segurança dos cidadãos, seja da cidade e de outras localidades do Concelho.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Senhor Presidente da Câmara, efetivamente, foi uma situação que ninguém estava à espera.

A minha questão, em concreto, é relativamente à população, que medidas é que foram tomadas? E até pergunto, se alguém aqui recebeu, por exemplo, uma mensagem no telefone porque a MEO, por exemplo, estava a funcionar. Se alguém recebeu algumas mensagens que recebemos às vezes quando é a altura dos incêndios, quando foi a altura do Covid, porque é que não recebemos? E eu, pelo menos tive a sensação e andei pela cidade, ontem, durante todo o dia e não houve nenhuma informação à população, em geral, no sentido de acalmar a população.

Eu acho que nestas situações e até para precaver situações futuras, a desinformação ou a falta de informação, as pessoas não saberem o que aconteceu e o que é que vai acontecer, faz

com que as pessoas vão ao supermercado, apareçam todas nas bombas de gasolina e o carro, afinal, até estava meio. Eu acho que era importante, darmos informação à população. Temos maneiras alternativas, mesmo se ligássemos o rádio, ouvíamos a Antena 1, esteve sempre a funcionar, mas falava no caso de Lisboa, pessoas que estavam à espera do autocarro, à espera do táxi, etc. e não tinham. Nós aqui no interior do país não fazíamos ideia. E depois, começámos a ouvir a informação que já havia ao final do dia, o restabelecimento da luz no Porto e em Lisboa. Eu até desafiava, contar as vezes surgiu o nome Castelo Branco, na Antena 1. Esta falta de informação, é que não compreendo como é que é possível e acontece um problema às 11h 30m da manhã e a primeira decisão é quase às 18 horas. Eu compreendo que é uma situação que não estamos à espera, mas, efetivamente, nós políticos somos eleitos para resolver problemas para quando não se está à espera.

Obrigado.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

A destilaria, o Senhor Presidente da Câmara, afirmou no dia 4 de novembro de 2023, perante mais de 150 pessoas no almoço convívio, na Associação, em Vale da Pereira que a abertura da destilaria estaria para breve. Pois bem, passou a campanha de 2023 e a campanha de 2024 e a destilaria continua fechada.

O Senhor Presidente passa o mandato sem conseguir abrir a destilaria. Não se compreende que durante estes quatro anos não se tenha posto a destilaria a funcionar.

Sinto-me incomodado, relativamente, a esta situação, a Junta de Freguesia nada saber por parte da Câmara Municipal e quando perguntamos ninguém responde.

O bunker para o multibanco, a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, em junho de 2023, solicitou à Câmara Municipal a atribuição de um apoio para a construção do bunker e para o pagamento de 24 mensalidades do serviço. Em reuniões presenciais, fomos abordando o assunto. Não obtivemos resposta. A Junta de Freguesia efetuou o procedimento para a construção, em

novembro de 2024, informámos o Senhor Presidente da Câmara do início da construção e solicitámos, novamente, o subsídio para pagamento da obra. Mais uma vez, não obtivemos resposta. Senhor Presidente, além de não se entender a falta de resposta de V. Excelência, não se entende o motivo da Câmara Municipal proceder à construção de bunkers diretamente, como, por exemplo, aconteceu na Freguesia vizinha, em Sarzedas.

Quer dizer, numas Freguesias é a Câmara que executa, nas outras freguesias, como, por exemplo, de Santo André das Tojeiras, parece estarmos perante um misto de desorganização e de falta de respeito, o facto, do Senhor Presidente da Câmara não responder às Juntas de Freguesia ou pelo menos a algumas. Parece notar-se um tratamento diferenciado da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal para com as Juntas de Freguesia eleitas pelo Sempre- MI e respetiva população.

Verifica-se uma atitude discriminatória por se tratar unicamente de uma estratégia política, onde a cor partidária parece ser mais importante do que as necessidades reais da população e até do bem público.

Como pode ser possível que uma situação destas, ainda aconteça depois de 51 anos, do 25 de Abril? Isto não é praticar Abril.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

Senhor Presidente da Câmara, no documento que nos foi enviado da Atividade Municipal na página seis, há aqui uma, duas, três, quatro adjudicações e na página sete, uma adjudicação a uma empresa, uma entidade que nada tem, à priori, com esta entidade. Só que achei um bocado estranho e gostava de informação, a que é que se poderá dever isto porque são “aquisição de serviços de refeições por lotes” e são cinco lotes e no total soma 59.131,00 €. Pareceu-me um valor, um montante, bastante significativo. Só para esclarecimento, a que é que se poderá dever isto?

Presidente da Câmara Municipal

Relativamente, ao Senhor Deputado João Ribeiro, colocamos a informação na rua, aliás procurámos fazê-lo junto dos seus Presidentes de Freguesia para que estivessem presentes na reunião que tínhamos agendado para as 23 horas, sinceramente, não sei se receberam esse SMS, mas, obviamente, que não tínhamos meios para enviar SMS para 53.000 habitantes do Concelho.

Fizemos a informação, relativamente, aos Serviços Municipalizados e fizemos várias informações.

Aquilo que nos preocupou foi resolver problemas com a maior celeridade, aliás, não querendo extrapolar, hoje de manhã, antes de vir para a Câmara Municipal, fiz uma leitura pelos jornais e também pelas redes sociais e há um coro enorme de protesto junto do Governo, relativamente, à falta de informação e à falta de comunicação, seja com as Câmaras Municipais, seja com os diferentes agentes. Eu compreendo que as dificuldades do Governo sejam as dificuldades da Câmara Municipal. Aliás, posso-lhe dizer uma coisa, o Senhor Presidente da República sempre telefona quando temos situações de emergência e desta vez não deu uma única palavra.

Efetivamente, vivemos uma situação diferente, vivemos uma situação inesperada, vivemos uma situação para a qual não estávamos preparados, mas que respondemos de forma atempada e objetiva, relativamente, a situações que não antevíamos, que podiam ter sido muito graves no que diz respeito às populações. E foi isso que fizemos com os meios que tínhamos e se hoje tivéssemos que agir, agíamos novamente da mesma forma.

Quero deixar aqui uma palavra a todos os que estiveram envolvidos, seja à Proteção Civil, seja às diferentes Direções e Divisões da Câmara Municipal, pela presença, responsabilidade e pela forma como lidamos com esta situação,

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Luís Andrade, fala-nos, novamente, da destilaria. Efetivamente, a destilaria é um problema, mas é um problema que foi criado por si. Foi criado por

si, quando, teimosamente, contra a vontade de uma parte significativa da população de Santo André das Tojeiras, decidiu colocar a destilaria no centro da localidade, não optando pela proposta que lhe foi feita, entre outras, pelo Senhor Carlos que trabalha nos Serviços Municipalizados que propôs colocar a destilaria num outro espaço que seria mais consentâneo para a sua instalação.

Também recordo e fiquei surpreendido depois, quando me confrontei com aquilo que era a situação da destilaria. O Presidente da Câmara que me antecedeu fez o anúncio público em que já tinha bebido aguardente da destilaria de Santo André das Tojeiras, aliás, isso está publicado nos jornais e foi publicamente divulgado. Eu nessa altura até pensei que a destilaria estava a funcionar e que estava a dar resposta às populações e a produzir aguardente. Acontece que quando tomamos posse e fomos confrontados com a questão da destilaria, verificámos que afinal não tinha condições para produzir aguardente e não tinha condições para dar resposta às populações. E foi preciso desenvolver um processo longo, difícil e que, se não está concluído, estará praticamente concluído. Os problemas não acabam aqui porque os valores que vamos pagar são altíssimos, temos que contratar uma empresa para recolher os restos do fabrico do bagaço que exige transporte para o aterro, devidamente, certificado para esse efeito, a tonelada desses restos custa bastante dinheiro, o seu transporte custa bastante dinheiro, o que me faz antecipar que a destilaria de Santo André das Tojeiras, quando estiver a funcionar, dificilmente será sustentável. Dará resposta a uma parte da população, esperemos que sim. Dará resposta, eventualmente, ao incentivar a produção de aguardente de medronho, mas é uma pesada herança que fica sobre a Câmara Municipal e que fica também sobre a população, porque será a população a sustentar isso.

Nós fizemos aquilo que nos competia, que era procurar que tivesse condições para vir a ser concretizada.

A afirmação que faz sobre privilegiar as freguesias que são do Partido Socialista, é injusta e, facilmente, o podemos demonstrar. Nós pagámos o multibanco de S. Vicente da Beira, do Lourical do Campo, dos Escalos de Cima, suponho eu, freguesias que não são do Partido Socialista.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

Eu quero aqui perguntar o Senhor Presidente da Câmara, relativamente, à questão da localização, que pergunte aos Serviços Municipalizados, desta Câmara, ou aos Serviços desta Câmara, responsáveis pelos licenciamentos das obras, qual é que foi o primeiro sítio, onde aquele empreendimento estava projetado? Porque é que não foi possível a sua execução lá? E foram os Serviços a indicar o sítio mais adequado.

Outra questão, se em 2023 o Senhor Presidente, disse que a destilaria estava para abrir, é porque os problemas estavam todos ultrapassados. A questão de vir agora, dizer que há um conjunto de problemas, não há problema nenhum, inclusivamente, aprovou o Executivo desta Câmara os preços a praticar, relativamente, à prestação dos serviços que lá fossem a ser executados.

Quanto à questão de beber aguardente, sim, é verdade. Houve um conjunto de gente que bebeu aguardente, inclusivamente, o Chefe de Divisão de Obras, desta Câmara, quando se testou o equipamento foi produzida aguardente e as pessoas que lá estavam, inclusivamente o Chefe de Divisão e o Técnico desta Câmara Municipal, puderam provar uma aguardente.

Portanto, uma coisa é quando se acaba um investimento e se vai testar a ver se está tudo a funcionar ou não, outra coisa, é o investimento estar, efetivamente, a funcionar. Ainda lá devo ter uma garrafa dessa dita aguardente.

Quanto aos custos, tem que se analisar sempre o custo/benefício e é um projeto estruturante para o Concelho, resolve o problema a quem produz, efetivamente, vinho e precisa de transformar em bagaço ou até os empresários da vitivinicultura, onde o resíduo pode ser transformado ali, além de ser também entendido como um projeto de Proteção Civil, porque à volta das localidades, aquela margem de segurança e bem, onde é necessário os proprietários cortarem o mato, se forem plantados medronheiros, esta obrigatoriedade deixa de existir e passa a ser um rendimento para a própria pessoa.

Presidente da Câmara

É curioso de ver qual foi a data em que se provou a aguardente na destilaria das Sarzedas, para memória futura, é só ir aos jornais e ver qual é a data em que isso aconteceu.

Relativamente, à localização, Senhor Presidente, não sei as decisões que foram tomadas acerca desse aspeto, aquilo que sei é aquilo que vou conversando com a população e o incómodo de muitas pessoas, relativamente, à localização e também me foi referido por várias pessoas que foi o Presidente da Junta de Freguesia que insistiu para que ficasse naquele local, se assim é, provavelmente, as pessoas estão enganadas e convém esclarecer.

Ponto 2 - Apreciação das propostas de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações, em 31 de dezembro de 2024:

2.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 15/2025)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Eu sei que isto são incómodos, não é perder o tempo, é para analisar o tempo da discussão e do aprofundamento dos temas.

Vou fazer a minha intervenção e do ponto a seguir, na proposta 16, que é assim, e digo, logo rotundamente, irei votar, favoravelmente, e faria aqui uma apreciação.

Os Inventários que estão regulados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º. 1 do artigo 35º, diz que é elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do Município e que depois, ainda no n.º 1, do artigo 33º, do mesmo diploma, exige à Câmara Municipal, que elabore e aprove o inventário.

Eu já o fiz no ano passado e fiz-lhe duas perguntas, Senhor Presidente.

A primeira é que devia de haver um mapa síntese, entre o imobilizado e as existências e sua valorização, as dívidas a terceiros e as disponibilidades. Vem realmente muito sintético, quando devíamos ter uma melhor descrição.

A outra questão e tem a ver com a atualização do Regulamento de Inventário e Cadastro de Património Municipal, é algo que vem de 2016, tem vindo a ser ao “sabor das ondas dos tempos”, mas as novas exigências legislativas para cumprimento do disposto nas normas não são mencionadas na Lei nº. 75/2023, mas outras adicionais e as novas técnicas de gestão, reveste-se de maior importância a elaboração do novo Regulamento. Já o disse no ano passado, para que esse Regulamento possa elencar referências nas ações de inventariação, avaliação e controlo do património, possibilitando que se obtenha um grau mais adequado de controlo em todos os bens móveis e imóveis do Município.

Ora, face a isso, e desde 2022, quando tomou a Câmara, fizemos um requerimento, tenho interpelado, ao longo desta Assembleia da atualização do Inventário.

Eu sei que, hoje, temos meios e técnicas informatizadas e em qualquer momento, sempre que o seja solicitado por qualquer Membro desta Assembleia, devia estar efetivamente, atualizado. Não sei é se está atualizado, essa é a minha questão.

Sei que, hoje, esse Regulamento se materializa com os objetivos do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, o SNC AP, que foi aprovado desde já há muito tempo o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Eu analisei esta proposta n.º. 15 que diz, relativamente, à Câmara Municipal e digo-lhe, assim, comparativamente, com o ano passado, Senhor Presidente, e vejo que os investimentos aumentaram.

O investimento financeiro, contrariamente, a algumas interpelações de Membros deste Órgão, aumentou para 92.858 milhões, quando no ano passado, foram 55 milhões, portanto, há

investimento. É verdade que criticámos que tinha transitado algumas obras de um ano para o outro, mas afinal, há investimento e é realmente significativo.

Eu não estou aqui a defendê-lo porque já sabe que sou apologista de um maior orçamento desta Câmara que ultrapasse os 84 milhões e fique aqui dito para que seja registado. É verdade que há aqui umas atenuantes com o IRS, com todas essas questões de bonificações, mas, só assim, é que incrementamos aquilo que no passado não se conseguiu dar o salto, porque se olharmos para todos os orçamentos, em termos, de investimento, desde 2022 que não há esse investimento. E também digo outra coisa, em termos, de Caixa e Bancos, efetivamente, diminuiu atualmente de 37.167.40,00 €, quando no ano passado era de 43 milhões. É porque há algo de gestão. Temos que ser humildes, Senhores Deputados. E Senhor Presidente, não o quero aqui defender. O Senhor tem arcabouço suficiente para assim determinar.

E quando olho para o valor do Património, curiosamente, aumentou 427.965.624 €, quando no ano passado era de 389 milhões. Portanto, acho que está bem claro a nossa inclinação de voto.

A Senhora Engenheira tem que lhe agradecer porque olho para este Inventário e vejo que nas infraestruturas, aumentou 40 milhões, quando no ano passado era 17 milhões. Houve ou não houve? Façam a consciência para aqueles que fazem algumas críticas e votam sem saber quando devemos ser humildes para reconhecer. Foi pouco, mas sabemos que essa remodelação de infraestruturas foi no bom caminho. Se olharmos para os equipamentos, os SMAS fizeram uma modernização dos equipamentos administrativos, por isso aumentou de 47 milhões, para 74.000.942€. Como é que não posso, como cidadão, apoiar e votar a favor.

E se voltarmos aqui, aí sim, com os devedores, houve aqui também, clientes, contribuintes e utentes que já sabemos como é essa questão, mas reparem, diminuiu os devedores de 74.417 milhões para 61 ou 62 milhões, em termos, de arredondamento.

E se formos aqui para o passivo não corrente, reparem no ano passado era 57 milhões, este ano 30 milhões.

Bem, o relatório para quem leu, faz logo aqui uma introdução, mencionando porque temos que reconhecer, queremos melhor? Claro. Queremos melhores Serviços Municipalizados. Queremos projetá-los para a década de 30. Não queremos porque, realmente, temos que reconhecer.

Estamos num caminho que nos permite refletir e projetar uma nova modernização e relançamento dos próprios Serviços Municipalizados para uma década que se acentua, em que a água, a poupança, os recursos hídricos são fundamentais e já aqui discutimos até a questão das barragens. Faço o desafio, temos no nosso Regulamento da Assembleia Municipal, Sessões Temáticas porque é que vocês não querem fazer, trazendo aqui convidados a discutir os grandes problemas, relativamente, à questão da Serra da Gardunha?

Ainda, hoje, tive conhecimento de um plano que está arquivado, desde 2024, não dá andamento. Ora, 2024 parece-me que já tem a ver com este Governo e não se debate e porque é que também não se debate as questões hídricas dos recursos e também não se debate um conhecimento que devemos ter aprofundado da tipologia com cartografia atualizada dos nossos tipos de terrenos porque se queremos, realmente, continuar, quando há aqui, por exemplo, a proposta dos benefícios da água aos domésticos e não domésticos, realmente, temos que começar a poupar na água. É uma questão educacional, do qual, o SMAS tem vindo a fazer.

Já disse, à Senhora Engenheira, em termos, particulares, que deve continuar, porque é aí que estão os futuros cidadãos, mas devemos e é nossa obrigação preparar, em termos técnicos, aquilo que realmente são os nossos recursos hídricos, a nossa valorização.

Porque é que não temos uma Carta de Água?

Porque é que não temos uma Carta de Água do território projetada?

Dizendo efetivamente não tenho medo, porque sou cidadão acima de tudo e de votar a favor, quer de uma das propostas quer outra em relação aos Inventários de bens e imóveis da Câmara e do SMAS.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor, 18 do GM PS, 13 do GM SEMPRE-MI, 1 do GM MPT, 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 2 votos contra do GM CHEGA, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações, em 31 de dezembro de 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 16/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor, 18 do GM PS, 13 do GM SEMPRE-MI, 1 do GM MPT, 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 2 votos contra do GM CHEGA, aprovar o “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações, em 31 de dezembro de 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Apreciação e votação das propostas de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2024”:

3.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 17/2025)

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI)

Como já referi no Período de Antes da Ordem do Dia, nos últimos documentos de Prestação de Contas do seu mandato, constam inúmeros projetos que iriam promover a concretização de promessas que fez no período eleitoral, em 2021, todos eles com a mesma execução, 0 €.

Da atual Prestação de Contas, também é evidente que as freguesias, pelo menos algumas, nunca foram prioridade para este Executivo. De facto, em 2024, o investimento previsto para as freguesias teve uma execução de 32% da sua dotação inicial.

Na Sessão Comemorativa do 25 de Abril, no âmbito, do filme a que nos foi proporcionado assistir, tivemos a oportunidade de ouvir o depoimento do Professor Valter Lemos, no qual, manifestou que a Assembleia Municipal tem um papel, essencialmente, fiscalizador da ação do Executivo e que, na sua opinião, seria desejável que pudesse ter um papel mais ativo na definição das práticas das políticas de desenvolvimento do Município.

Senhor Presidente, mantendo o nosso foco apenas nas competências que atualmente nos são conferidas por lei, não podemos deixar de lamentar o resultado líquido negativo no valor de 1,4 milhões de euros que se verificou no exercício de 2024.

Realçamos, o facto, desta situação deficitária se ter tornado crónica no seu mandato nos últimos três anos, parece que a “cigarra viveu do trabalho árduo das formigas que o precederam”.

Face ao exposto, não votamos, favoravelmente, os documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2024.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

A Câmara Municipal concretizou 75,74% do seu Orçamento de 2024, o que se afigura ser a quinta melhor taxa de execução dos últimos 20 anos.

No que se refere à despesa de capital e investimento, foi alcançada uma taxa de execução de 65,51% no valor de 17 milhões de euros, mais do que 17 milhões de euros, cifrando se a taxa de execução, quanto à despesa corrente, em 80,82%.

Verifica-se também uma diminuição significativa do saldo a fornecedores, relativamente, a anos anteriores, diminuindo em 2024, em cerca de 1.300.000 €.

Destacamos ainda, no que respeita ao apoio às famílias, na segunda maior transferência no mesmo período, tendo sido disponibilizados cerca de 981.000 €.

Também para as freguesias foi feita a terceira maior transferência dos últimos cinco anos que se cifra em cerca de 449.000 €, bem como, para as associações, num valor de cerca de 5 milhões de euros.

As contas refletem, assim, a concretização dos objetivos que foram sendo traçados e o Relatório de Contas expressa uma taxa elevada de execução e demonstra que no último ano do Executivo cumpriu os seus propósitos em executar os projetos em velocidade acentuada.

Só foi possível chegarmos até aqui com muito trabalho e também dando continuidade à aposta nas pessoas e nas famílias e na fixação territorial de empresas e de agregados familiares. Posto isto e dito isto, é claro que o instrumento, o orçamento é um instrumento de execução das políticas preconizadas pelo Executivo que estão, no poder, em determinado momento. Seria pura demagogia querer que todas as rubricas orçamentais previstas no Orçamento, fossem executadas, todas elas ao mesmo tempo, com uma taxa elevada de execução porque isso é incomportável a nível prático e é pura demagogia apontar que determinadas rubricas não foram executadas num determinado período temporal, porque a política é feita de opções.

Tudo nesta vida é feito de opções e o Executivo tem optado pelas pessoas.

Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)

No ano de 2024, o Executivo apresenta resultados de gastos de cerca de 5 milhões superiores aos anos anteriores. Este incremento deve-se essencialmente ou praticamente na sua totalidade, ao aumento das despesas de capital. Portanto, não tem a ver com despesas correntes, mas, essencialmente, com capital. Aliás, é pena não ter sido investido mais nos anos anteriores. Mas,

também, como já comentei aqui uma vez, se o Executivo tivesse taxas de execução na casa dos 30% como tinha nos anteriores e eu até ironizei um bocadinho, se fosse uma empresa privada, de certeza que tinha sido despedido.

Face ao fim do mandato, convinha melhorar isto, se não seriam hoje, os albicastrenses a despedi-lo, porque dentro de pouco tempo vão ter hipótese de se pronunciar sobre isso.

Em relação ao incremento do valor absoluto do investimento, mesmo assim, a verdade é que tem de se dar os parabéns por mais de 5 milhões investidos, mais 5 milhões que o Executivo colocou em investimento, em melhoria de condições para todo o Concelho.

No que se refere à taxa de execução dos dois últimos anos, gostava de comentar e dar os parabéns não ao Executivo, mas ao Departamento Financeiro. Porquê? Porque o que tem feito, é no dia 21/12/2023 e no dia 23/12/2024 altera o orçamento e, assim, a taxa de execução é completamente diferente.

E, neste momento, gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente e gostava que me respondesse. No ponto 1, penso que se esqueceu, talvez devido à discussão do outro assunto, que é as taxas de execução orçamental que apresenta para 2024 e que o senhor Deputado Francisco Pombo agora aqui enunciou e que o Senhor Presidente, transmitiu aos meios de comunicação social, são calculadas com os dados, antes ou depois do dia 23 de dezembro de 2024?

A segunda questão, é porque não propõem uma alteração orçamental no dia 29 de dezembro, e assim até conseguem atingir 100% de execução orçamental. É fácil e uma boa prática para os Municípios, todos conseguirem 100% de Taxa Orçamental do Executivo. Obrigado.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Já foi dito aqui pelos meus antecessores de outros Grupos Municipais e queria retomar aquilo que disse no ano passado.

Senhor Presidente, no ano passado, chamei-lhe caracol, no bom sentido. Há que saber porque aqui já se melindraram com a palavra “raiva”. A “raiva” é uma emoção que é contraposta ao amor, portanto, amor e raiva, existe.

O caracol foi, é verdade, ainda agora aqui o colega Carlos Antunes, disse e muito bem, passámos a duplicar a taxa de execução até ao final, à boa maneira do Skinner, foi bem feito porque passou-se para uma taxa de execução de 75%.

Agora, há aqui muitas situações, por exemplo, sou a favor de maior investimento, mas isso reservo-me para outras circunstâncias em relação às Juntas de Freguesia, a Lei de Finanças Locais. Acho que os Presidentes das Juntas de Freguesia devem também zelar, não estou a falar de carolice, está bem? Estou a falar de desprendimento para um exercício público. Por isso há que aumentar, efetivamente, esse investimento. E, para aumentar, é preciso ter uma estratégia sustentável do território, coisa que aqui já levemente discutimos e não vejo isso bastante claro. Mas, a minha preocupação e daí, já uma pergunta, são os projetos, poucas candidaturas ao PRR, quer naquela questão da resiliência, onde engloba a maior parte de todas as dimensões e aí, claro, podemos dizer como foi aqui dito, houve investimento, mas foi pouco.

Quer dizer, o Senhor passou de um caracol, peço desculpa, para um caracol eletrónico. Passou, efetivamente, numa lentidão consistente, sei que teve equilíbrio orçamental, é verdade, as alterações que projeta, que são devidas à lei, já lá iremos, mas a verdade é que você não foi, nem foi gasóleo, não foi nada. Foi, efetivamente, de caracol a eletrónico para esse investimento, que mesmo assim devíamos ter atingido algo mais, porque há realmente muito a fazer.

Sabemos que o Relatório de Contas, meus caros colegas, é sempre um documento técnico, por isso é que há também, toda a inclusão das políticas do Executivo e que cumpre as regras e normas instituídas pela legislação, própria, e recebeu o aval positivo do Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas. E, por isso, mesmo, nos foi apresentado e nada temos a referir sobre isso. Quem somos nós para duvidar? Agora há aqui a questão, uma modernização tecnológica e

administrativa, é verdade. Houve aqui quem desse já os parabéns. Fico muito congratulado por isso, mas isto é pouco significativo, devemos, realmente, aumentar mais.

Nós queremos projetar esta região e este Município naquilo que é o seu lugar, por tradição e por história e por isso mesmo, numa aposta assertiva, na execução dos investimentos em infraestruturas de última geração, é aquilo que devíamos apostar.

Eu olho para as receitas de capital, já foi aqui dito, não vou repetir e para o saldo de gerência, mas agora, queria-lhe fazer estas perguntas: Senhor Presidente, existe financiamento comunitário perdido ou adiado devido à incapacidade de execução?

Segunda pergunta, que medidas foram, ou serão tomadas para corrigir algumas falhas em 2025?

Em relação a outras questões, perante este saldo, é verdade que houve investimento, já o dissemos, necessita de apurar, tal como o “azeite”, temos que apurar as estratégias para o Concelho, mas qual é a estratégia definida para aplicar esta possibilidade de concretizar alguns investimentos que tinha na sua agenda, que tem a decorrer e que melhorem a qualidade de vida dos albicastrenses.

Eu não sei se a justificação e já o disse, aqui, manter a taxa máxima do IRS nos 4%, há Municípios que aumentaram para 5%, agora já estão a dizer que não houve investimento. É o caso de Viseu, de Bragança. Eu pergunto, Senhor Presidente, se realmente, manter ou aumentar, como eu prevejo que sim, que alcançará uns 5%, se é uma mais-valia?

Eu fui defensor que se deve aumentar até aos 5% e por isso a Câmara, realmente, tem uma quantidade de projetos, não sei se contratualizados ou a decorrer nesse processo e outros em concurso, como nos dá a entender naquilo que temos acesso na documentação e parece dar a ideia em relação aos fundos comunitários e pode ser um slogan para a comunicação social, já agora, faço também essa alusão, “menos execução dos fundos comunitários, igual a menos

desenvolvimento para Castelo Branco”, “excedente é excedente, igual à falta de investimento”. Será este o slogan?

Senhor Presidente, queremos, efetivamente, mais investimento.

Já me ouviu dizer, anteriormente, que o orçamento deve ser aumentado. Não temos medo.

Eu ouvia aqui um Presidente há muitos anos, dizer que isto não entrava em quebra e que vocês até o louvam e do qual, tive que trabalhar também quando era responsável da Assembleia de Freguesia de São Vicente da Beira.

Então, se não há medo, porque é que não se investe mais? Porque é que não se aumenta porque assim, evitava-se, se é por lei, estas alterações e por isso mesmo é uma questão audaz que já disse aqui e ambiciosa. E quando vejo outros Municípios que têm a responsabilidade no seu território a ter orçamentos com uma identidade muito próxima à nossa, a superar os 80 e às vezes os 90 milhões do orçamento, porque é que nós não somos mais audazes?

E agora termino, sei que o Senhor continua a ter aquela filosofia do “caracol” lenta e consistente, vai gradualmente e com certeza nos vai fazer uma surpresa que terminámos 2025 ainda com maior investimento.

Presidente da Câmara

Pedi-lhe, Senhor Presidente, a autorização para recuar um pouco atrás e para deixar aqui expresso uma palavra, relativamente, à intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo. Efetivamente, trouxe aqui um assunto crítico, um assunto que foi difícil, inesperado e, na qual, a Senhora Presidente teve um papel determinante. Estive durante algum tempo no Salgueiro do Campo, acompanhei as diligências da Senhora Presidente e há uma coisa que me ficou, sobretudo, olhando para aquilo que tem sido este mandato de três anos e meio, onde impera o dizer mal, o deitar abaixo, o denegrir e muitas vezes os ataques pessoais inusitados e aquilo que pude observar nesse dia, no Salgueiro do Campo, foi uma atitude da Senhora

Presidente, a dialogar com as pessoas, a colaborar com os intervenientes e nunca, em nenhuma circunstância, a apontar o dedo seja a quem for. É uma forma nobre de estar na política e é uma forma nobre de exercer o cargo de Presidente de Junta.

Relativamente, à execução, só um comentário, relativamente, ao Senhor Professor Armando Ramalho. O Senhor só estudou os últimos três anos. Veja os dois anos para trás, se faz favor.

Caro Deputado Francisco Pombo Lopes, efetivamente, foram realçados aqui um conjunto de índices, desta execução, nomeadamente, o volume de execução e a forma como também já aqui foi referido, o aumento de cerca de 5 milhões ao nível daquilo que são as despesas de capital e que me remete também para a última intervenção do Professor Ernesto Candeias Martins e que tem a ver com aquilo que tem sido este mandato e a nossa capacidade para executar e aquilo que foi feito ao longo deste mandato.

Efetivamente, apanhámos um mandato, onde não tínhamos projetos feitos, onde foi necessário fazê-los, fazer os procedimentos inerentes a esses mesmos projetos, lançar obras, obter vistos do Tribunal de Contas e executar os vários projetos e vou-me escusar de os voltar a repetir.

Aquilo que estamos a concretizar, deve-se muito e tenho que deixar aqui esta nota aos serviços da Câmara Municipal, seja às Divisões mais operacionais, seja as Divisões do Departamento da área Financeira e da Contratação, que fizeram um esforço muito grande para conseguirmos ter lançado o enorme volume de obras que lançámos ao longo deste mandato.

Eu, estou aqui todos os dias e acompanho este trabalho, às vezes com exigência, se calhar, com exigência não compreendida, queria deixar esta nota que é uma nota de justiça, relativamente, a isso. Mas mais ainda, estamos com um volume de obras e de intervenções em vários pontos do Concelho, significativas.

Estamos, neste momento, também à espera de visto por parte do Tribunal de Contas, não sei se já seguiu, se não seguiu, estará para breve, de uma intervenção enorme que vamos fazer

também em São Vicente da Beira. Portanto, há pouco faltou-me referir muitas intervenções e, isto obviamente, deve-se muito a este trabalho. Temos dificuldades que se repercutem depois na questão da execução e no volume de pagamentos e que tem a ver, obviamente, com a disponibilidade das nossas empresas, darem resposta àquilo que são os muitos projetos que estão em desenvolvimento.

Sabemos que há dificuldades em contratar pessoas, essa é uma limitação fortíssima, naquilo que é a execução das empresas e também naquilo que são os nossos objetivos. Mas, como dizia na minha primeira intervenção, o caminho faz-se caminhando e o que importa é que estamos a dar resposta aos Albicastrenses e a Castelo Branco.

De salientar aqui aquilo que foi referido também pelo Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes e que tem a ver com a questão do apoio às pessoas.

Dos objetivos, deste mandato, foi o apoio às pessoas e às famílias que se concretiza com muitas variáveis já aqui referidas, desde a devolução do IRS que tem como objetivo a atração e fixação de jovens, o pagamento de refeições nas Creches, Pré-Escolar e no 1º. Ciclo.

O apoio aos transportes, nomeadamente, os transportes gratuitos aos cidadãos com 65 anos ou mais de idade. O transporte a pedido ou transporte flexível. O apoio ao nível dos medicamentos. A escola a tempo inteiro e tantos outros apoios que este Município tem deliberado atribuir às nossas famílias e aos cidadãos que aqui vivem.

Orgulhamo-nos deste trabalho, orgulhamo-nos dessa proximidade com os cidadãos e do facto de ajudarmos a que estes mesmos cidadãos tenham uma vida melhor.

Senhor Deputado, Carlos Antunes, 23 de dezembro de 2024, podia perfeitamente ser no dia 29 de dezembro de 2024. Não foi porque entendemos que não devemos deixar tudo para a última e decidimos fazê-lo aqui. Mas, o Senhor sabe, tal como eu sei, que todos os Municípios e todos os Executivos Municipais fazem Revisões Orçamentais, no final do ano, em execução. É uma prática

que não é apenas daqui, também se faz na Comunidade Intermunicipal e faz-se em todos os Executivos. E, aliás, estive durante seis anos numa casa em que, até ao último dia fazíamos Revisões, no sentido, de atingirmos objetivos de excelência, em que atingi sempre objetivos de grande excelência na casa dos 99% que foi no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Penso que os resultados que aqui trazemos são resultados que nos deixam confortáveis e orgulhosos e são resultados, sobretudo, que respondem a Castelo Branco e aos albicastrenses. Muito obrigado.

Para responder ao Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, porque é que não se investe mais? É a capacidade não apenas do Executivo, mas de todos? E não estou a atirar culpas para ninguém para conseguir executar mais.

Eu já deixei aqui o elogio expresso, fazem muito com os meios que temos, em prol, de Castelo Branco e dos Albicastrenses.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 do GM MPT, 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 15 votos contra, 13 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar os “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2024, da Câmara Municipal de Castelo Branco”, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e propor que o resultado líquido obtido de (€ 1.411.735,01), seja transferido para os resultados transitados.

Fluxo de Caixa

Saldo de Gerência no Início do Período € 43.016.816,30

Saldo para a Gerência Seguinte

Execução Orçamental € 37.164.386,98

Operações de Tesouraria € 3.014,87

Total do Saldo para o Ano Seguinte€ 37.167.401,85

Balanço

Total do Ativo € 452.647.789,72

Total do Património Líquido € 435.195.168,79

Total do Passivo € 17.452.620,93

Total do Património Líquido e do Passivo € 452.647.789,72

Demonstração de Resultados

Resultados Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento € 14.491.016,49

Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento) (€ 2.110.452,62)

Resultados Antes de Impostos (€ 1.411.735,01)

Resultado Líquido do Período (€ 1.411.735,01)

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

3.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 18/2025)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

É um dever de consciência vir aqui a esta tribuna e analisar, coisa que não sei se têm consciência, a consciência é frontal e por isso mesmo, em relação às contas do SMCB, analisei o documento, até mesmo o relatório da auditoria que menciona logo na sua página quatro, se não

estou em erro, em que no último parágrafo, diz as razões que todos conhecemos e só ficámos a conhecer no ano passado, que são os montantes reconhecidos pelos Serviço Municipalizados de Castelo Branco, em relação às Águas Vale do Tejo, costuma-se dizer que foi um flagelo na reposição e na reorganização. Quando se tem flagelos ataca-se, já tivemos tantos flagelos, sobretudo, sociais e por isso mesmo, isso leva logo a que se tenha que reconhecer o mérito nessa possível resolução que ainda não está totalmente resolvida.

Por outro lado, é a transparência com que os serviços apresentam e, por isso mesmo analisando, por exemplo, a página três, quatro, a meio, e estou a falar do relator e, portanto, diz assim, “...para continuidade das suas atividades existe alguma incerteza material, mas devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas e incluídas nas demonstrações financeiras, ou caso estas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião...”. É nisso que realmente vejo, analisei e não vou aqui comparar com o ano passado, mas até é comparável porque houve aqui uma melhoria, mas diria assim, em síntese, para também não levar os Serviços Municipalizados que tem os seus 80 anos e por isso os meus parabéns atrasados, passou a ser amigo do ambiente, não só pelas informações, pelas divulgações.

Deixo aqui uma proposta, deve-se fazer mais pelo futuro dos cidadãos, são eles que cuidam do ambiente e cuidarão do ambiente no futuro. Também há que louvar todo o sistema de recolha de bio resíduos. A recolha porta a porta é um exemplo. O plano de ação em relação ao Plano Estratégico de Resíduos Urbanos também está no bom caminho, queremos melhor e uma das coisas é a remodelação da frota, que foi modernizada, mas queremos melhor.

Agora há aqui alguns senãos. Há sempre algo que queremos como cidadãos que é melhorar, isso faz parte da nossa qualidade de vida e queremos, realmente, que não haja fugas, perdas de água. Hoje há sistemas monitorizados, falou-se aqui vagamente de cursos de formação de oferta. Pois, mas os drones fariam muito bem e serão um exemplo, não só para os incêndios e para a Proteção Civil, também o seriam para os Serviços Municipalizados, porque assim, no momento e em tempo útil, saber-se-ia o estado de todo o armazenamento, dos gastos, das fugas, etc.

Portanto, deixo aqui esse pormenor que é um pormenor que sei que no futuro irá ser tido em conta.

É verdade que há aqui sempre, como vimos, em relação ao Orçamento, ao Relatório e Contas da Câmara, que é a questão do Pessoal, mas, quer dizer, estamos agora num período de transição, para um novo paradigma em que temos que dar lugar àqueles, como eu, que já estamos aqui na transição para outro estado mais cómodo, agora temos que exigir e isso é uma exigência do Código Administrativo e do funcionário público, do funcionário camarário ou municipal, que é a exigência técnica e não estou a pôr em causa porque se não, punha em causa todas as instituições de formação desses funcionários mas, é verdade que queremos e digo que houve um aumento, em termos remuneratórios, e bem, e isso deve-se a um Decreto-Lei nº. 108/2023, de 22 de novembro, mas efetivamente, sem pessoal técnico capaz, dedicado e persistente e que tenha brio e que tenha mérito e se tem mérito, realmente, deve ser compensado.

Vejo que houve aqui também uma questão muito cuidadosa por parte dos Serviços Municipalizados, em relação aos devedores, em relação àquilo que era. Agora há aqui um outro senão, não sei o que é que se tem pensado. Sei por indução, mas esse é o método indutivo, é aquilo que vale, não é tão racional e tecnológico como o outro, mas as estações que hoje estão e a recuperação de algumas é o destino. Nós temos, perante situações como, ontem, ocorreu, em que, infelizmente, tenho que aqui saudar porque não houve falta de água, o que quer dizer que temos efetivamente geradores. Mas, cuidado se passasse mais de um dia, não sei como seria essa resposta. Teremos que ativar uma rede paralela, em termos, dessas estações para que possam ser o suporte de maneira a poder, realmente, no futuro ser muito benéfico em relação ao saneamento, residuais, já o disse, mais consumidores, recolha de águas residuais. Estamos no bom caminho.

E, terminando, em relação à gestão dos resíduos urbanos, os programas que foram lançados, tem estado a dar efeito, tem tido a divulgação que os cidadãos têm direito. Eu faço aqui uma atenção até mesmo às rádios locais. Senhor Presidente, ontem ficou demonstrado, como dizia o McLuhan, um canadense e outros pedagogos, que através da rádio, nas décadas de 70, chegava-

se a todo o lado. Ontem, faltou a luz, não tínhamos internet, mas temos as rádios locais que têm um papel muito importante.

Senhores da Comunicação Social, é isso que devemos fazer chegar aos cidadãos e por isso mesmo, estando a referir-me à gestão dos resíduos urbanos, é uma questão educacional, é uma educação de cidadania participativa e ativa. E, nesse sentido, tudo aquilo que foi desenvolvido, como disse, há pouco, e todos os projetos de compostagem doméstica, etc., penso que é assim, como a limpeza.

Chamo a atenção, Senhora Engenheira, a responsável pelos Serviços, que se o verão for com temperaturas muito elevadas, necessitamos de desinfestação. Não sei se alguns “humanos” também o precisam, mas isso, já é outra história, mas, sobretudo, para que mantenhamos limpa e que seja a cidade de Castelo Branco um exemplo, amiga do ambiente, mas, mais do que isso, uma cidade limpa, onde podemos viver e podemos trazer todos aqueles que queiram visitar Castelo Branco. Muito obrigado.

Presidente da Câmara

Mais uma vez, peço-lhe para retomar à questão, anterior, que foi colocada pelo Senhor Deputado, Carlos Antunes e que se prende com o procedimento para o fornecimento de refeições distribuídas por cinco lotes.

Esse procedimento tem como objetivo o fornecimento de refeições em determinados momentos e eventos promovidos pela Câmara Municipal. Dou-lhe o exemplo, do Dia da Cidade, em que convidamos, para além dos Membros do Executivo e as famílias, os homenageados e suas famílias. Porquê cinco lotes? Porque prevemos cinco níveis de fornecimentos, promovemos refeições um pouco mais elaboradas, serviços simples e serviços de catering. E, portanto, é por essa razão que se organiza em cinco lotes.

Relativamente à Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados, já foram aqui expressas, pelo senhor Professor Ernesto Candeias Martins.

Senhor Deputado, queria aqui deixar duas ou três notas que considero muito importantes e que se prende com o trabalho que os Serviços Municipalizados têm vindo a realizar em áreas onde é importante intervir. Refiro-me à questão dos bio resíduos em que somos, hoje, um dos Municípios que se apresentam como um exemplo nessa nova função dos Serviços Municipalizados.

Refiro-me também às questões relacionadas com a eficiência no consumo de água, onde temos vindo a trabalhar de forma afincada também nesse sentido. E, refiro-me ainda no que diz respeito às questões ambientais, onde o papel dos Serviços Municipalizados é fundamental, até para resolver questões como aquelas que há pouco aqui referimos.

Em termos daquilo que são as preocupações para o futuro que já aqui deixei expressas, nomeadamente, a questão relacionada com os resíduos sólidos e com os valores associados ao tratamento dos resíduos sólidos. Este ano aumentámos o preço da tonelada, como já aqui foi dito, para mais de 80 € a tonelada, depois de pagarmos durante muito tempo 50€ isto obviamente, tem um impacto muito grande naquilo que são as contas dos Serviços Municipalizados que se repercutem depois e se refletem depois nas contas dos clientes dos Serviços Municipalizados, até porque a legislação obriga-nos a fazer repercutir nos clientes os custos associados em todas estas áreas, seja nas áreas do fornecimento de água e saneamento, também ao nível dos resíduos. E, como já disse, é uma preocupação que temos e que tem que ser uma preocupação coletiva, da comunidade. Se não formos mais exigentes, se não formos mais efetivos e se não formos mais proactivos naquilo que diz respeito à separação de resíduos e à reciclagem, vamos ter problemas graves no futuro e problemas graves de sustentabilidade.

É preciso instituir esta consciência nas escolas, junto dos nossos alunos, mas também junto dos nossos cidadãos.

Separar o lixo, usar os diferentes ecopontos, respeitar regras que são simples, mas que são muito eficazes e muito importantes para todos nós.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 do GM MPT, 4 abstenções do GM PSD/CDS/PPM e 15 votos contra, 13 do GM SEMPRE-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar os “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2024, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 – Discussão e votação da proposta de “1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano de 2025, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta nº. 19/2025)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

A minha intervenção, deve-se com o facto não deste investimento não ser necessário, claro que é necessário e faz todo o sentido ir havendo investimentos na rede para depois não aparecer tudo ao mesmo tempo.

A minha questão, é uma questão técnica e desculpem-me a minha ignorância, se for uma pergunta pouco objetiva ou com pouca base. Eu reparei que há uma diminuição de 4.446.000 € de outras receitas de capital e uma incorporação de saldo de gerência de 2.5000.000 que dá então o tal investimento de 6 milhões €.

A minha questão é, qual era o rendimento da receita de capital que os Serviços Municipalizados estavam à espera de ter, que não vão ter?

E a segunda pergunta, é após a incorporação deste saldo de gerência, se existe algum valor de saldo de gerência, se fica o remanescente ou se está a ser tudo incorporado?

Sónia Mexia (Administradora dos SMAS)

Relativamente, à questão da proposta que aqui trazemos, portanto, na altura em que foi feita para o Orçamento de 2025, consideramos, em números redondos, uma incorporação de saldo de gerência de 4 milhões de euros.

O que trazemos agora aqui, é um aumento desse saldo da incorporação e mais de cerca de 2.5000.000 €, se a memória não me falha. E, portanto, isso para quê? Para dar resposta áquilo que vão ser os investimentos, porque aquilo que tínhamos previsto, já temos tudo cabimentado, efetivamente, conseguimos despachar aqui um conjunto de projetos e que estamos em condições de lançar, não só na cidade, mas também a nível das Freguesias e, portanto, necessitamos muitas vezes de investimentos que também são plurianuais, mas precisamos de verba para cabimentar esses mesmos projetos.

Portanto, o que estamos a acrescentar são cerca de 2.500.000 € para fazer a conta dos investimentos.

O saldo de gerência remanescente é de cerca de sessenta e tal milhões de euros.

Já agora, Senhor Presidente, só para dar nota, efetivamente, tivemos aqui, em termos, do nosso investimento concretizado no ano de 2024, houve uma verba que passou para este ano porque a nível dos procedimentos concursais, nomeadamente, a nível da renovação da frota, não conseguimos a entrega das viaturas e, portanto, vai ser executado durante este ano.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 GM MPT e com 19 abstenções, 13 do GM SEMPRE-MI, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA”, aprovar a 1ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) Grandes Opções do Plano e

Orçamento do ano de 2025, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, do Exercício do ano 2024”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Discussão e votação das propostas de "Júris para Procedimentos Concurrais":

5.1. Júris para Procedimentos Concurrais:

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Um breve esclarecimento que é, vamos estar a votar pessoas para o júri que só conhecemos no papel e vamo-nos abster em todos os concursos porque não conhecemos as pessoas. Já fiz esta referência, anteriormente, e é uma votação que não faz grande sentido, estamos a votar pessoas de braço no ar e estamos a votar um júri que nem sabemos quem são as pessoas, algumas podemos conhecer, mas outras não conhecemos.

5.1.1. Concurso de Chefe de Unidade de Mobilidade e Transportes. (Proposta nº. 20/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA e com 36 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar, a proposta de Júri para o Procedimento Concurral de Chefe de Unidade de Mobilidade e Transportes.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.1.2. Concurso de Chefe de Unidade de Turismo. (Propostas nº. 21/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA e com 36 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar a proposta de Júri para o Procedimento Concursal de Chefe de Unidade de Turismo.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.1.3. Concurso de Chefe de Unidade Florestal. (Proposta nº. 22/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA e com 36 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar a proposta de Júri para o Procedimento Concursal de Chefe de Unidade Florestal.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.2. Alteração de Júri do Procedimento Concursal:

5.2.1. Chefe de Unidade de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas”. (Proposta nº. 23/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA e com 36 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, aprovar a proposta de alteração de Júri para o

Procedimento Concursal de Chefe de Unidade de Contabilidade, Orçamento e Prestação de Contas.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Agrupamento de Entidades Adjudicantes (Artigo 39.º. do CCP: CMCB, SMCB, Albigec e CATAA) Contratação de uma SROC em Regime de Contrato de Prestação de Serviços para Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas dos Anos de 2025 a 2027. Nomeação de Auditos Externo). (Proposta n.º. 24/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções do CHEGA e com 36 votos a favor dos restantes Grupos Municipais, nomear a Empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes e Associados, SROC, Lda. pelo valor global de €72.000,00, para Certificação Legal das Contas Individuais e Consolidadas dos Anos de 2025 a 2027, do Agrupamento de Entidades Adjudicantes (Artigo 39.º. do CCP: CMCB, SMCB, Albigec e CATAA).

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 11.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 7 – Discussão e votação da proposta de “Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, no âmbito da Empreitada de Obras de Requalificação da Piscina de Ninho do Açor”. (Proposta n.º. 25/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a União de Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, no âmbito da Empreitada de Obras de Requalificação da Piscina de Ninho do Açor, no valor de €47.739,22.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 8 - Discussão e votação das propostas de “Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e as Juntas de Freguesia:

8.1 Salgueiro do Campo. Feira da Vinha e do Vinho”. (Proposta nº. 26/2025)

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Eu iria fazer esta intervenção para os dois.

A questão é muito simples, por acaso achei curioso, nos pontos da nossa ordem de trabalhos, separarmos as obras das festas. Não sei se foi intencional, se foi um mero acaso. O ponto 7, é uma obra e o ponto 8, são 3 festas.

A questão que me traz aqui, não nos vamos opor, mas a Feira da Vinha e do Vinho, foi no dia 5 e 6 de abril, a Prova de Atletismo na Lardosa foi no dia 12 de abril e, hoje, dia 29 de abril, estamos a votar uma coisa que já aconteceu. Quer dizer, acho que isto não devia ser uma prática normal.

Agora imaginemos que por uma eventualidade, era chumbada aqui na Assembleia, quem é que ia pagar estes valores?

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Salgueiro do Campo, no valor de € 30.000,00, para a apoiar a Feira da Vinha e do Vinho.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.2. Junta de Freguesia de Lardosa. Prova de Atletismo – 12 de Abril. (Proposta n.º 27/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Lardosa, no valor de €2.544,00 para apoiar a “Prova de Atletismo – 12 de Abril”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

8.3. Junta de Freguesia de Alcains. Alcains Conecta – 24 de maio. (Proposta 28/2025)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Junta de Freguesia de Alcains, no valor de €4.150,00, para apoio da Atividade “Alcains Conecta – 24 de maio”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 9 – Discussão e votação da proposta de “Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco”. (Proposta 29/2025)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Como sócio dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, já há muitos anos, desejava ver realizado um projeto de Regulamento.

Estive com muito cuidado a ver estes aspetos de carácter social instituído, é uma organização de grande humanidade, chamemos-lhe assim, em situações de catástrofe e outras em termos sociais de socorro e transporte de acidentados e, por isso, mesmo, estou aqui a ver realmente essa elaboração desse projeto de Regulamento.

Simplesmente, recordo quando ainda este ano falámos sobre a água, a minha proposta e não vi aqui, que quem for bombeiro e tem ou pertencer a uma família, deve ter uma taxa moderadora em relação a isso, porque se, efetivamente, há que elaborar e bem, um Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais, temos que avançar um pouco porque, realmente, ver hoje, em termos de voluntariado é necessário, porque a característica do nosso território assim o determina. Somos uma zona de floresta, uma zona com tendência a incêndios e outras catástrofes e devia incluir esta redução, porque quem tem na família um bombeiro era um contributo.

Já que falaram em contributo humanitário, devemos reconhecer e o Município deve reconhecer que entre os benefícios sociais, a água também deve ser incluída.

Presidente da Câmara

Relativamente, à questão das taxas moderadoras, não estão incluídas porque, hoje, as Associações Humanitárias de Bombeiros, por si, já estão isentas de taxas moderadoras.

Depois queria realçar a importância deste Regulamento e a que fim se destina.

Foi um dos nossos compromissos eleitorais e cá estamos a honrar os nossos compromissos eleitorais. É essencialmente um reconhecimento. O reconhecimento de homens e mulheres que diariamente, não apenas em situações extremas, como são os incêndios, ou inundações, mas que diariamente muito dão de si e também com prejuízo muitas vezes para as suas famílias, em prol, da coesão social e da resolução de problemas de emergência.

Dizer ainda que a elaboração deste Regulamento, foi acompanhado pela Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco. No início, apresentámos uma proposta diferente desta, até mais alargada em alguns aspetos, mas que depois foi consensualizada com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco.

Obviamente, o que importa, como dizia, é reconhecer os homens e as mulheres que dão tanto, em prol, da nossa comunidade.

Muito obrigado.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o “Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castelo Branco”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Presidente da Assembleia Municipal

Não havendo inscrições do público, damos por concluída esta Sessão da Assembleia Municipal, agradecendo a todos a colaboração, desejando uma boa tarde e uma boa noite, sem apagões e com luz. Obrigado.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 40 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Secretária,
